

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

JOAQUIM BÜHRER CAMPOLIM

O Jardim Panorama na problemática do direito à cidade

The Jardim Panorama on the problematic of the right to the city

São Paulo
2017

JOAQUIM BÜHRER CAMPOLIM

O Jardim Panorama na problemática do direito à cidade

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Urbana

Orientador: **Prof. Dr. César Ricardo Simoni
Santos**

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cj Campolim, Joaquim
 O JARDIM PANORAMA NA PROBLEMÁTICA DO DIREITO À
CIDADE / Joaquim Campolim ; orientador César Santos.
- São Paulo, 2017.
84 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Urbana. 2. Direito à cidade. 3.
Favela. 4. Produção do Espaço. I. Santos, César,
orient. II. Titulo.

À minha mãe-pai.

AGRADECIMENTOS

Do meu tripé fundamental: minha querida mãe, que me permitiu tantas transferências, me apoiou, ajudou, me tornou quem sou e é meu maior exemplo. Minha irmã, amiga e companheira, que me aguentou, auxiliou e ouviu tantas vezes. Sem vocês eu não estaria aqui.

Minha família, cuja saudade me dói tanto e cuja companhia me faz tanta falta. Obrigado por todo apoio: Vô Mané, Vó Terezinha e Vô Santão, Tio Marcos, Tia Selma e Tio Zito, Tia Vera, Tia Lica, Tia Tânia, Pedrin, Amanda, Julio. Tantos outros tios, primos e agregados, meu mais sincero obrigado.

Ao César, meu orientador e todo o grupo de estudos de Lefebvre, cujas discussões, leituras e dicas me ajudaram tanto, muito obrigado. Ao Sávio, cuja ajuda foi fundamental no início do trabalho. À Fapesp e à Universidade de São Paulo que me aceitaram como aluno de iniciação científica e acreditaram no meu trabalho. À FFLCH, que se tornou minha segunda casa.

Agradeço a todos os moradores do Jardim Panorama e à Associação Canaense de Moradores do Jardim Panorama. Que a universidade não apenas “estude” a favela, mas que seja tomada por ela. Uma colonização ao contrário. É nesse futuro que eu acredito. Nenhum outro vale a pena.

À minha companheira e melhor amiga, Jujuba. Obrigado por existir. Obrigado por me aguentar. Parte disso só existe porque você existe. Aos meus mais antigos, que não apenas me aguentam a anos, como também se consolidaram como minha base mais forte de amor, amizade e certeza: João Gui (que leu este trabalho tantas vezes), à Veri, ao Ziggy, Zubu, Bruna, Vito, Lucas, Edd, Caio, Milenious. *Que saudade de quando perdíamos mais tempo no calçadão que na vida adulta..*

À banda Companhia a Sós, Andy e Guizão. Banda também é família. Sem vocês e sem a nossa música eu teria enlouquecido. Talvez eu tenha. Mas vocês tornaram isso mais legal.

Aos queridos: Guido, Filipe, Pelado, Luiza, Miguelito, Gabs, Leão, Caião, Diego, Leria, Bruninha, Luci, Gui, Amanda, Iô, Zézão, Japa, Daniel, Leo, Ursin, Dani, Fio, Giu, Lê, Bryan, Dudu, Laurinha, Hunter, Gui, Min, Alana, Afonsinho, Macó, Dona Si, seu Serjão, Ciça, Ju, Pre, Bala, Bu, Araya, Bruno, Thami, Gabi, Guibay, Iaiá, Molicão, Vito, às repúblicas do Ah-Ah e Juntos, Emancipa Vladimir Herzog, aos amigos da Biblioteca Florestan (melhor estágio do Brasil), à toda a turma 80 da geografia, toda turma 12 do IO e todo o grr2011 da UFPR. Um abraço também para Campo Mourão. Pelos papos, pela amizade, pela companhia, vocês me marcaram. Obrigado.

Aos meus queridos poetas de Ita e de SP, que se tornaram irmãos e companheiros: Fabão, Ventu, Blanco, Giordana e tantos outros. Com vocês definitivamente eu enlouqueci, e com certeza foi muito mais legal. À Cooperativa, ao sarradas batidas, ao sarau comunitário, ao sarau do caixote, aos nossos encontros poéticos com tantos poetas Brasil à fora e ao futuro. Vamos perder essa perda.

Aos meus mestres mais queridos, que me motivaram e me fizeram acreditar que é possível: Conceição, Jesiane, Fabião, Lamari, Lana, Michel, Vini, Bete, Marcos, Eliseu, Bado, Fani, Maria Eliza, Girotto, Isabel, tantos outros. Acredito na profissão de professor porque eu tive vocês. Muito obrigado.

À UTFPR, UFPR, ao CEM, À USP, ao IO. Desculpa aí ter vazado assim, gente. Mas é que agora eu me encontrei.

Atena, você não faz ideia do trabalho que me deu/dá. Mas você não faz ideia da alegria que me deu/dá. Escrevo esse obrigado depois de limpar sua caca.

Obrigado criador. Seja você quem for e onde estiver.

À memória do meu pai.

“Black Alien:
do ano 2000 pra frente
homens do passado pisando no futuro,
vivendo no presente
há três tipos de gente
os que imaginam o que acontece
os que não sabem o que acontece
e nós que faz acontecer
O bolo, guacê
unidos a gente fica em pé
dividido a gente cai
quem falha cai
um biribaibai “

(SABOTAGE, “Um bom lugar”, 2000)

RESUMO

Campolim, Joaquim. **O Jardim Panorama na problemática do direito à cidade.** 2017. 98 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho se propõe a localizar a favela do Jardim Panorama na problemática do direito à cidade, mobilizando as noções de centralidade e de *espaço enquanto raridade*. A partir dos atores que movimentam a urbanização no local, seus territórios e espacialidades, procuramos discutir suas sociabilidades, implicações no processo de produção e reprodução do espaço, bem como identificar como os sujeitos que coexistem na região (o Estado, Complexo Cidade Jardim, Moradores, Instituições Privadas e o *Quarto Setor*) se relacionam, combinando-se e completando-se, a partir da teoria das representações de Lefebvre. Entendendo o direito à cidade enquanto utopia, a partir da mobilização das *démarches da utopia* experimental e da transdução, procuramos refletir sobre a efetivação da distopia na contramão da *possibilidade* de pensar a cidade na negativa da lógica da mercadoria.

Palavras-chave: Geografia Urbana. Direito à cidade. Favela. Produção do Espaço.

ABSTRACT

Campolim, Joaquim. **The Jardim Panorama on the problematic of the right to the city.** 2017. 98 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This research proposes to locate Jardim Panorama's favela in the problematic of the right to the city, mobilizing the notions of centrality and *space as a rarity*. From the actors that move the urbanization in the place, its territories and spacialities, we intend to discuss their sociabilities, implications in the process of production and reproduction of the space, as well as to identify how the subjects that coexist in the region (the State, Private Institutions and the Fourth Sector) are related, combining and completing, from Lefebvre's theory of representations. Understanding the right to the city as utopia, from the mobilization of the *démarches* of experimental utopia and of transduction, we try to reflect on the effectiveness of dystopia against the possibility of thinking the city in the negative of the logic of the merchandise.

Keywords: Urban Geography. Right to the city. Favela. Production of space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Imagen digitalizada do loteamento realizado pela Morumby S.A da região	18
Figura 2	Foto aérea de 1954	19
Figura 3	Mapa de Vulnerabilidade Região Morumbi	21
Figura 4	Renda do Responsável Pelo Domicílio	22
Figura 5	As favelas do município	23
Figura 6	Zoom e localização das favelas do Morumbi	23
Figura 7	Foto aérea tirada em 2004	23
Figura 8	A favela do jardim panorama	26
Figura 9	O complexo em azul e a favela em vermelho	27
Figura 10 e 11	O muro que separa duas realidades	29
Figura 12	O surveillance como presença marcante	39
Figuras 13 e 14	As guaritas como signo do urbanismo militar de Graham	43
Figura 15	Dentro dos círculos vermelhos, os ‘X’ indicando área para remoção já comprada	44
Figura 16	O restaurante: Almoço	46
Figuras 17, 18 e 19	Protesto - A qualidade das fotos não permite redimensionar	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEC	Centro de Estudos e Capacitação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPTM	Companhia Paulista de Trens e Metrô
HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação Mercado Popular
OUFL	Operação Urbana Faria Lima
PT	Partido dos Trabalhadores
S.A	Sociedade Anônima
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPEC – BIR	Zona Especial de Proteção Cultural – Bens Imóveis Representativos

SUMÁRIO

1.	UM PANORAMA DO PANORAMA: INTRODUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	13
2.	OBJETIVOS: IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS E PROCESSOS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	31
3.	RECURSOS TEÓRICOS CRÍTICOS, TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DAS DÉMARCHES: UMA METODOLOGIA	32
4.	PRESENÇA AUSÊNCIA DO ESTADO	35
4.1	<i>MARGINALIFUNÇÃO</i> DO ESTADO E O EXCEDENTE INÚTIL	39
4.1.1	A MUDANÇA DE PENSAMENTO	45
4.2	DA METAMORFOSE PARA A LÓGICA DA PROPRIEDADE E O QUARTO SETOR	52
5.	HIERARQUIZAÇÃO DOS LUGARES, TERRITORIALIZAÇÃO E O ESPAÇO ENQUANTO RARIDADE	59
5.1	AS NOVAS CENTRALIDADES E AS NOVAS PERIFERIAS	60
5.2	TERRITÓRIOS-RESERVA NA HIERARQUIA DOS LUGARES E TERRITÓRIOS EM CONFLITO	63
6.	O DIREITO À CIDADE REVISITADO	66
6.1	A VIOLÊNCIA DO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DIAGNÓSTICO SENSÍVEL DA NEGATIVA AO DIREITO À CIDADE ..	66
6.2	DO DIAGNÓSTICO AO PROGNÓSTICO: O JARDIM PANORAMA NA PROBLEMÁTICA DO DIREITO À CIDADE	69
7.	CONCLUSÃO	75
8.	REFERÊNCIAS	77
9.	HEMEROTECA	81
	ANEXO 1	83

1. UM PANORAMA DO PANORAMA: INTRODUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Em contrapartida à vasta coleção de dados sobre a formação da cidade de São Paulo como um todo, os históricos regionais de localizações “mais distantes” do centro, como o Butantã, são mais escassos, por isso utilizamos desde os históricos presentes nos sites das prefeituras, quanto trabalhos que tratam da ocupação e urbanização da região do Pinheiros como um todo. Para pensar, então, como se deu a ocupação das margens do Rio Pinheiros, trouxemos aqui o histórico da Subprefeitura de Pinheiros, apontando que os primeiros registros da região do Butantã remontam à colonização:

“Desde a sua fundação em 1560, século XVI, até depois da segunda metade do século XIX, Pinheiros continua sendo um aldeamento indígena e vai se transformando com o tempo num povoamento caipira, acolhendo brancos, indígenas e mestiços que se dedicavam à agricultura, utilizando-se de tração animal para o transporte de produtos até o centro de São Paulo.

A região foi sítio bastante usado durante o ciclo bandeirista e suas expedições, devido à proximidade com o rio Pinheiros, afluente do rio Tietê, sendo o centro de penetração de Fernão Dias Paes e seus bandeirantes.

Com a perda das concentrações em minas, os paulistas se dedicaram ao comércio de bens e construções, dando início a um período, o tropeirismo, caracterizado pelo intenso movimento de mulas entre os centros de mineração, o Sul, Sorocaba, São Paulo e o Nordeste.

Por volta de 1750 (século XVIII) desenvolvemos, aos poucos, uma importante entrada e saída de São Paulo para todos que tentavam vir ou ir ao Sul. A antiga igreja, hoje Nossa Senhora do Monte Serrat, muito colaborou para o desenvolvimento do bairro. Ele era o pólo de atração de povoados e passantes e se transformou em local de romarias..”

Já a região do Morumbi foi ocupada no século XVI por Jesuítas, que ali permaneceram até que foram expulsos pelo Fisco Real em 1750. No século XVIII, D. João VI presenteou John Maxwel Rudge, um produtor de chá inglês, com parte do terreno que hoje chamamos de Morumbi, de 8.000 m², dando origem à Fazenda Boa Vista do Morumby, onde se plantava chá de qualidade para o consumo das classes mais altas e membros da corte - fazenda que só entrou em declínio em 1888 com a abolição da escravatura (GOHN, 2010). A partir daí o terreno ficou na família e transformou-se em área atrativa para a construção de casarões, onde se iniciaram as primeiras operações de vendas, já indicando uma expansão do que era naquele contexto a “malha urbana” de São Paulo e um distanciamento dos grandes casarões do centro da cidade. No início do século XX o prolongamento das linhas de bondes

até o largo do Pinheiros permitiu um maior desenvolvimento da região, ainda segundo a subprefeitura Pinheiros:

Em fins da década de 1930, a parte mais central de Pinheiros começou a adquirir uma fisionomia mais urbana, beneficiada pelos primeiros serviços públicos, além dos bondes. Esse processo inicia-se em 1915, quando foi inaugurado o primeiro serviço de iluminação pública. Em 1929, uma parte do casario passou a beneficiar-se com o serviço de água encanada. Também nesse período, alguns logradouros começaram a ser pavimentados com paralelepípedos. Na década de 40 Pinheiros apresentava-se densamente edificado, ocasião em que já era difícil determinar onde findava seu núcleo e começava Cerqueira César. A canalização do Rio Pinheiros, em 1943, permitiu que novas áreas fossem acrescentadas ao antigo núcleo.

Seabra (1987), pontua:

“A valorização das várzeas não se explica em si mesma. É no contexto de um processo de diferenciação e de divisão do trabalho em geral, através do qual foi se definindo o que seria propriamente urbano, em oposição ao rural, que se encontra sua gênese. O fundamento mais geral e também mais real do processo que valorizava as várzeas para usos urbanos está relacionado ao crescimento da cidade, com alargamento do espaço de ocupação contígua que forma o tecido propriamente urbanizado e às demandas da vida urbana. Investimentos se tornaram necessários em função desse crescimento, os quais além de ampliarem a área edificada geraram demanda por força motriz para as fábricas, para o transporte urbano, eletricidade para iluminação pública de ruas e praças, bem como as demandas originadas nos ambientes do cotidiano urbano. Assim, à medida que a cidade era produzida, obstáculos formidáveis foram sendo transpostos devido a uma ação racionalizadora originada nas esferas de atuação do setor público e por vezes também no setor privado, mas cujos critérios foram sempre a obtenção de rentabilidade econômica. O resultado era a definição de um perfil urbano de cunho “científico”, pode-se dizer “planejado”. Acontece que procedimentos tão racionais, objetivando uma face de progresso material, não se implantam sem gerar conflitos. “ (SEABRA, 1987, p12)

Trata-se de um contexto de urbanização geral no Brasil - quando se iniciou a industrialização e o Brasil, de demografia amplamente agrária, passa por um *turning point*, muito em função das massas que perderam seus empregos e terras no campo que buscavam emprego na indústria paulista, povoando as cidades. Sendo a urbanização referente ao ciclo de acumulação da economia primário-exportadora o substrato que permitiu o excedente de capital para a indústria (Santos, 2015) de substituição de importações, nem esta nem a próxima onda de industrialização conseguem efetivamente *proletarizar a mão de obra* na velocidade demandada pelo processo de acumulação Santos (2015, p.25). É a partir dos anos 1950 que o Estado cria condições de investimento excedente de forma imediata ou antes da sua geração, atuando na acumulação presente e futura *ao urbanizar o território*. Santos continua:

“O acesso a novos mercados no interior dos limites territoriais brasileiros nunca se expandiu satisfatoriamente a partir de um esforço endógeno que partia do interior da empresa industrial. Uma economia industrial no qual a oferta cresce sempre à frente da demanda exige, em condições normais de crescimento econômico, um esforço político, extracapitalista, vindo direto do Estado” (SANTOS, 2005:15, p.26)

Isso significa que o Estado precisa assumir os efeitos negativos de cada onda tecnológica para a continuidade dos mecanismos de crescimento, onde os excedentes capitalistas foram absorvidos e reciclados com lucro na expansão do mercado imobiliário (SANTOS, 2015). Como é uma cidade impulsionada pela ação conjunta do Estado com a iniciativa privada, dentro do *combo* especulação imobiliária e mecanização do campo, trata-se de um momento similar e diferente do duplo processo de industrialização e urbanização, apontado por Lefebvre (2007), uma vez que no plano formal as massas expulsas do campo ainda no século XVIII na Europa chegavam nas cidades para a indústria - e aqui elas se concebem já como excedentes na sua origem, uma vez que não serão totalmente incorporadas. Há, também, um amplo debate no campo da análise categorial sobre o próprio processo de acumulação do café e seu papel na reprodução crítica do capital no âmbito da indústria paulista: se foi essa acumulação a responsável ou não pelo desenvolvimento da indústria. Porém, fato é que é nesse contexto de mudança qualitativa da população brasileira que se constituem os bairros operários e a autoconstrução, quando o sujeito trabalha por conta na construção da sua casa, que aparece como saída para o déficit habitacional gerado pela insuficiência do Estado em garantir moradia para todos que chegavam em São Paulo - mas com o mesmo agindo de forma a “fazer vista grossa” aos terrenos grilados ilegalmente nas várzeas e morros. Boa parte da autoconstrução se realizava em terrenos onde não haviam equipamentos suficientes do Estado - desde energia ou saneamento básico - e se constituíam de forma ilegal, através da ocupação da terra.

Assim, as populações que ocupavam as várzeas, do Rio Pinheiros de maneira *illegal*, acabavam por produzir um modo de vida que, parcialmente integrado à crescente lógica

urbana, conduzia uma mistura de rural e urbano (SEABRA, 1987, p.60), fundado basicamente na exploração econômica de jazimentos de areia, argila (olarias), pedregulhos, etc. Do ponto de vista da *sociabilidade*, as várzeas historicamente estiveram ligadas em São Paulo ao futebol, à recreação, e até mesmo como objeto simbólico na lírica dos poetas da cidade (p.60). Produz-se ali, historicamente, um outro modo de vida, o que indica que não é de hoje que lógicas antagônicas se confrontam na região.

Lefebvre (2009), pensando o duplo processo de industrialização-urbanização, já aponta para uma tendência a um processo de urbanização sem necessariamente maciça industrialização na América do Sul e da África - ao contrário do caso da Europa, onde as cidades já muito antigas urbanizam-se à medida que são engolidas pelo processo de industrialização. Para ele a medida que as estruturas agrárias se dissolvem, população camponesa migra para as cidades em busca de trabalho e subsistência, uma vez que “esses camponeses vêm de explorações destinadas a desaparecer pelo jogo dos preços mundiais, o qual depende estreitamente dos países e dos “pólos de crescimento” industriais. Esses fenômenos dependem ainda da industrialização” (p.18). Isto é, nesse ponto ele se aproxima da noção de que o processo de industrialização nos assim chamados “países de centro” são catalisadores dos processos de urbanização aqui, uma vez que impõe uma outra lógica de produção e consumo ao mundo. Fato é que existe um debate sobre a concentração de terras nas mãos de poucos no Brasil, que aparece como um processo que se aprofunda ao longo do tempo: desde Josué de Castro na proximidade dos anos 1950 com sua Geografia da Fome, até os textos de Francisco de Oliveira e Ariovaldo Umbelino de Oliveira que apontam para o papel do Agronegócio na concentração de terras, avanço da fronteira agrária (engolindo\grilando terras de sitiantes e indígenas) e produzindo uma população que vai direto para as cidades. Portanto, essa dissolução das estruturas agrárias causando a urbanização, apontadas por Lefebvre, revelam um processo violento já na sua origem.

Já a dinâmica imobiliária a partir dos anos 1970-80 encheu a região com loteamentos do tipo *Jardim, Vila, Parque, Cidade, Chácara, Granja, Hípica*, onde há predomínio de classes mais altas, apontando para a intensa força de lançamento de ativos imobiliários na região (GOHN, 2010), a Figura 2 ilustra o loteamento ostensivo da região pela Morumbi S.A incorporadora - que hoje não existe mais. Caldeira (2000), aponta:

O Morumbi e a Vila Andrade tiveram um significativo crescimento populacional nos anos 80. Apesar do Morumbi ser um bairro de classe alta há pelo menos 30 anos, ele mudou radicalmente depois do início da década de 80. O que era um bairro de enormes mansões, terrenos vazios e áreas verdes, foi transformado, depois de uma década de construção frenética, num distrito de edifícios. No final dos anos 70, ele foi "descoberto" por incorporadores imobiliários que decidiram aproveitar o baixo custo dos terrenos e o código de zoneamento favorável e o transformaram no bairro com o mais alto número de novos empreendimentos imobiliários da cidade durante os anos 80 e 90. [...] a novidade no Morumbi e na Vila Andrade não é só o volume de construção, mas também o tipo de construção: os conjuntos habitacionais murados (Caldeira, 2000, p. 244-245).

Também é o momento de financeirização das economias ao redor do mundo, no contexto de passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro (CARLOS, 2015), onde expansão das linhas de crédito e a total incorporação do mercado imobiliário às lógicas de financeirização abriram uma verdadeira porteira para investimentos novos e “modernizações” do espaço, numa lógica em que a “reprodução do espaço aparece como possibilidade renovada de realização da reprodução capitalista, num processo contraditório que encontra seus limites detonando crises periódicas” (CARLOS, 2015, p.25).

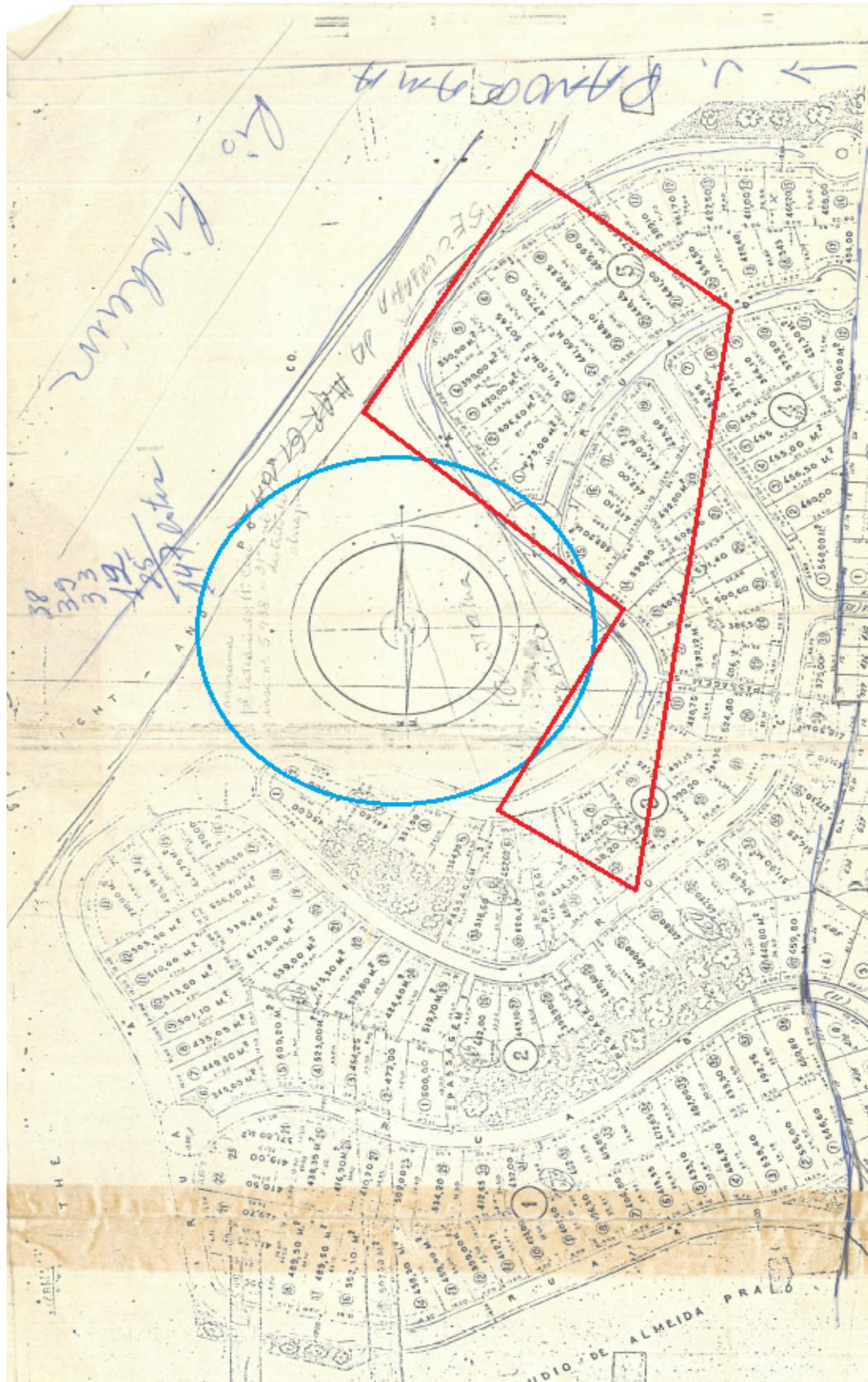


Figura 1. Imagem digitalizada do loteamento realizado pela Morumby S.A da região. No círculo azul o terreno de várzea que pertencia à Light e na figura vermelha o terreno que seria ocupado pelos moradores da favela. O terreno que pertencia à Light foi comprado pela JHSF. (Subprefeitura - Butantã)

Mas a ocupação do Morumbi não é dada apenas por residências e empreendimentos de alto padrão que redefinem os conteúdos da privação a partir da sua morfologia que inclui muros altos, guaritas e cercas. Também é ocupado pela dinâmica de expansão urbana que trouxe trabalhadores de diversas áreas do país para tentar a vida em São Paulo - estes que, dentro do contexto social desigual da época e que perdura até hoje, ocuparam áreas de várzea (Figura 2) ou terrenos vazios, formando favelas, no processo de autoconstrução e ocupação de terrenos de forma ilegal, como visto acima. Duas delas, no caso do Morumbi, nos chamam atenção: Paraisópolis - a maior da cidade - e a Favela do Jardim Panorama.



Figura 2. Foto aérea de 1954 - em vermelho a região que seria ocupada em 1957 pelos moradores da favela: trata-se de uma zona de várzea do Rio Pinheiros antes de canalizar. (Geosampa)

Dados da prefeitura mostram que até o censo de 2010 a região tinha 46 957 mil habitantes, com taxa de crescimento de 3,10 no período 2000-2010¹. Davis (2006b) percebe

¹ Dados obtidos pelo portal INFOCIDADE. População Recenseada e Taxas de Crescimento Município de São Paulo, Regiões e Distritos Municipais 1980, 1991, 2000 e 2010

que ocorreu uma “desconexão estrutural e permanente entre muitos habitantes da cidade e a economia formal” num contexto em que, se pensarmos a partir do Ponto Crítico no qual Lefebvre (2009) situa a problemática atual da cidade de explosão-implosão², reforçando a ideia que não é mais um processo necessariamente, por si só, de industrialização que impulsiona urbanização, esta que se “autonomiza” também no crescimento econômico, “ao mesmo tempo em que os modos atuais de acumulação seguem expulsando pessoas do campo” (ZIBECHI, 2015).

Atualmente a população que ocupa a maior parte do Morumbi conta com alto nível de rendimento, IDH próximo do 0,883 (dados da secretaria municipal do desenvolvimento), uso do solo predominantemente residencial (médio e alto padrão), onde os investimentos financeiro imobiliários crescem e tendem a marcar a dinâmica espacial, com destaque para o processo de valorização do preço do solo, acentuado com a construção de grandes empreendimentos, como o Parque Cidade Jardim, e com a realização de Operações Urbanas: Faria Lima, Águas Espraiadas e Operação Urbana Vila Sônia (SAMPAIO, 2011). O mapa a seguir (Figura 3) indica as áreas com vulnerabilidade presentes na região.

² Nesse contexto a especulação imobiliária começa a ativar zonas de “subúrbio”, tornando-os alvos de investimentos de alto valor agregado para as classes mais altas. A cidade cresce horizontalmente e verticalmente, em detrimento dos centros que serão, numa escala temporal, alvo da gentrificação.

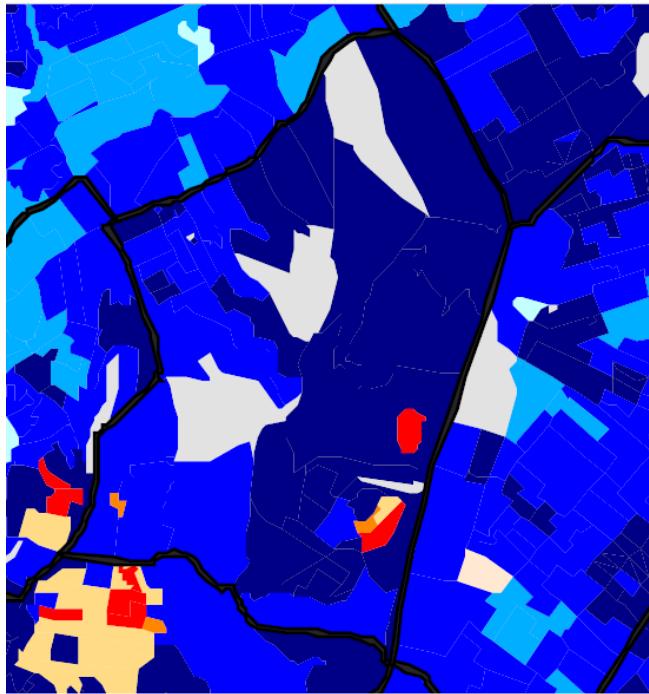


Figura 3. Mapa de Vulnerabilidade Região Morumbi. Onde as áreas (i) azul escuro indica nenhuma vulnerabilidade; (ii) azul claro baixíssima vulnerabilidade; (iii) laranja alta privação e presença de famílias adultas; (iv) amarelo alta privação e presença de famílias jovens; (v) vermelho altíssima privação e (vi) cinza sem dados. (SEMPLA, 2008). Mapa sem escala para fins unicamente demonstrativos.

Os conceitos de (i) nenhuma ou (ii) baixíssima vulnerabilidade, maiores e bem distribuídos, porém, já indicam um contraste geográfico: dividem-se, com excessão da parte sul, quase que exatamente no meio do distrito. Respectivamente, representam 8.5 e 18.2% dos setores censitários; 6.3 e 15.8% da população do Município. Têm, juntos, os melhores índices de renda e escolaridade da cidade - apesar de que o primeiro, de nenhuma vulnerabilidade, a distribuição pela cidade é reduzida e se concentra na região sudoeste do município - alvo das operações urbanas e para onde o centro econômico se desloca.

Outra localização espacial que chama atenção é a dos (iii), (iv) e (v), respectivamente alta privação com presença de famílias jovens, adultas e altíssima privação: com exceção de uma pequena área com alta privação envolta pelo quadrante de baixíssima vulnerabilidade, todas estão localizadas bem no meio de uma das áreas mais ricas da cidade. A proximidade não é critério para homogeneidade no espaço urbano - a metrópole, “como manifestação espacial concreta de um fenômeno que está posto de forma clara no mundo moderno” (CARLOS, 2007), a reprodução do espaço a partir do processo de constituição da sociedade urbana apoiada na divisão espacial do trabalho, é profundamente marcada por *espaços*

fragmentados. Tal fragmentação, quando pensada também no plano do indivíduo através da dissolução das relações sociais que ligavam os homens entre si, aponta para o efêmero e do repetitivo como condições de reprodução social.

Já neste outro mapa, sobre o Rendimento Normal Médio do Responsável pelo Domicílio, um foco de concentração de renda começa a aparecer no mapa do município e também tem como um dos polos o Distrito do Morumbi:

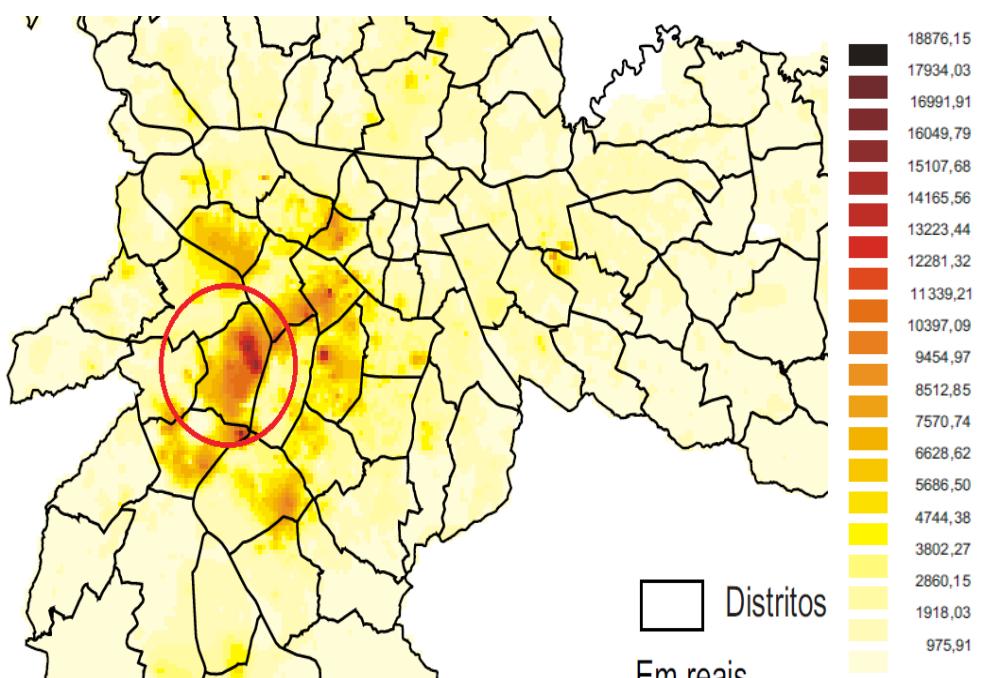


Figura 4.. Renda do Responsável Pelo Domicílio. Em vermelho, o Distrito do Morumbi. Ao lado, a escala de rendimento médio em reais (SEMPLA, 2008)

Pela espacialização dos fenômenos de concentração de renda observados neste último mapa, em contraste com mapa anterior de vulnerabilidade, podemos perceber que os locais que indicam alta e altíssima vulnerabilidade, apesar de não serem assim tão incomuns no restante do município, se apresentam como um contraste especialmente nessas áreas. O que seriam essas localidades? O mapa a seguir, Figura 5, com a distribuição de favelas pelo município, aponta a resposta:

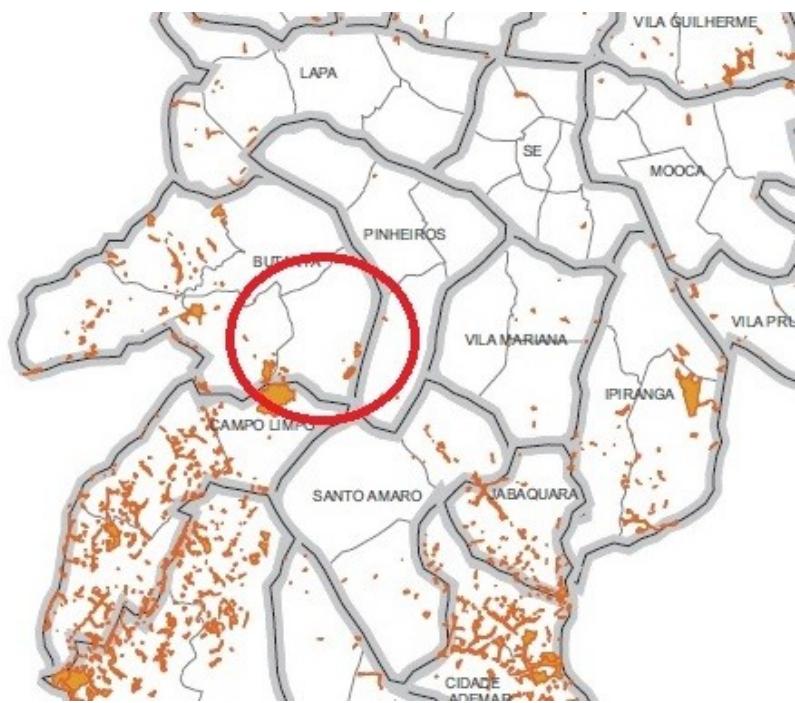


Figura 5. As favelas do município. O círculo vermelho indica a região do Morumbi. Em laranja as favelas. Mapa sem escala para fins unicamente demonstrativos (SEHAB SP 2015)

Agora, o mesmo mapa em zoom:

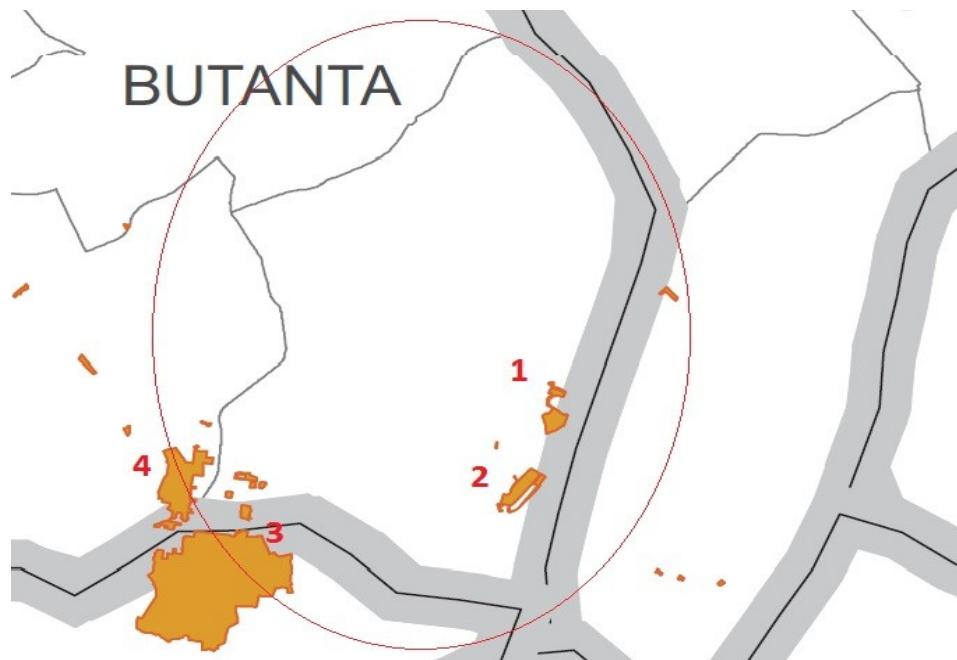


Figura 6. Zoom e localização das favelas do Morumbi. A elipse vermelha é a região do Morumbi. Respectivamente: 1. Favela do Jardim Panorama; 2. Favela do Real Parque; 3. Paraisópolis e 4. Jardim Colombo. (SEHAB SP 2015) Mapa sem escala para fins unicamente demonstrativos

Quando cruzamos os mapas de vulnerabilidade e presença das favelas, é fácil localizar que áreas são os locais de alta e altíssima vulnerabilidade social na região do Morumbi. Favelas do (1) Jardim Panorama e (2) do Real Parque. Podemos aqui fazer uma menção breve

à favela do (3) Paraisópolis, considerada a segunda maior favela da cidade de São Paulo com 55.590 habitantes, mas nosso enfoque será a favela do Jardim Panorama - localizada no bairro do Jardim Panorama.



Figura 7. Foto aérea tirada em 2004, antes da construção do complexo Cidade Jardim, em amarelo a área ocupada pela favela. (Geosampa)

Segundo o portal “Planeja Sampa” da prefeitura da Cidade de São Paulo, a área do

Jardim Panorama é alvo do “Programa de Metas” e se encontra com 37,5% dos processos concluídos³ - obtendo financiamento da JHSF Participações⁴ - e se encontra na fase “início de obras”. O Programa de Metas da prefeitura é, segundo a definição própria do site: “uma exigência da Lei Orgânica do Município de São Paulo” desde 2008, ano no qual uma mobilização da sociedade civil conseguiu fazer com que a Câmara Municipal aprovasse a criação do Programa de Metas.

Dentro do bairro do Jardim Panorama, se encontra a Favela do Panorama - (Figura 5), localizada no entorno do Complexo Residencial Cidade Jardim. A desigualdade entre o complexo e a favela, que convivem em vizinhança, consiste numa metáfora da São Paulo moderna, marcada pelo avanço do mercado imobiliário e pela disseminação da pobreza.

Ainda de acordo com o Habita Sampa, a Favela do Jardim Panorama (Figura 8), localizada na subprefeitura do Butantã, Distrito Morumbi, tem área de 36.879,870 m² e foi ocupada no ano de 1957. Contém cerca de 570 imóveis e renda média de R\$ 1342,33. São cerca de 500 famílias vivendo na pequena região ao lado do mega complexo. No âmbito da representatividade dos moradores, tem uma associação denominada “União dos Moradores do Jardim Panorama” que entrou em hiato no final de 2014, retornando às atividades no início de 2017 e sua sede se localiza no CEC⁵, um centro de estudos e capacitação, onde o espaço foi concebido com esforço da União dos Moradores com a entidade Mãe Peregrina.

A área hoje é, a partir da lei de zoneamento 16.402/16, de 2016, uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 3 - imóveis subutilizados, encortiçados, em áreas com total infraestrutura, onde qualquer construção deve conter Habitações de Interesse Social (HIS - para baixa renda, moradores de áreas irregulares), Habitação de Mercado Popular (HMP - de

³ Na mudança de gestão da prefeitura, os dados foram retirados do ar.

⁴ JHSF Participações JHSF Participações, a atual líder do setor imobiliário de alta renda no Brasil, que possui empreendimentos em outras capitais (Salvador e Manaus) e também nos Estados Unidos e Uruguai. Responsável pelo empreendimento do Complexo Cidade Jardim. Esses dados foram retirados do ar na troca de gestão.

⁵ O CEC tem computadores e uma biblioteca para uso comum da favela. Os computadores resultaram de uma articulação da União dos Moradores com o projeto Casulo (TAKADA, 2006), órgãos federais e municipais, enquanto que a biblioteca foi montada com o auxílio da ONG Instituto Ecofuturo (Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais, 2010)

três a dez salários mínimos por família). As exceções para construção de HIS nas ZEIS envolvem: (i) imóveis públicos destinados a equipamentos sociais de educação, saúde, assistência social, cultura, esportes e lazer, bem como à infraestrutura urbana (igual); (ii) integrantes do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (igual); (iii) classificados como ZEPEC-BIR, tombados ou que tenham processo de tombamento aberto pelo órgão competente de qualquer ente federativo (novo) (informações retiradas da Secretaria Municipal de Licenciamento de 2014)

Na Figura 9, a imagem de satélite extraída da seção de fotos “Um dia na favela Jardim Panorama”, do El País, podemos perceber que ao lado do Corporate Center do complexo Cidade Jardim, em azul, fica a favela do Jardim Panorama em vermelho. Os muros que separam a comunidade de todo o complexo reproduzem a imagem do abismo social e econômico presente na cidade de São Paulo.



Figura 8 - A favela do jardim panorama vista do complexo.
Fonte: Jornal El País, acesso no dia 07/03/2016.



Figura 9 - O complexo em azul e a favela em vermelho
Fonte: Jornal El País acesso no dia 07/03/2016.

No próprio site da empresa, o Complexo Cidade Jardim é, sumariamente, definido assim:

O Parque Cidade Jardim, primeiro empreendimento de uso misto da cidade de São Paulo, está localizado em um terreno de 72.000m². O complexo consiste em 9 edifícios residenciais, o Shopping Cidade Jardim e o Cidade Jardim Corporate Center. Tudo para ser usufruído com conforto e segurança. A área residencial ocupa 40mil m² do terreno, onde cada edifício conta com acesso independente e amplas garagens, além de um subsolo exclusivo para serviços. Os apartamentos, com áreas que variam de 235 a 1.885m², têm plantas inteligentes, ambientes amplos e varandas para o skyline da cidade. (Retirado do site jhsf.com.br)

Da quantia de R\$ 250 milhões investida na construção do Shopping, sem envolver a compra do terreno adquirido da Eletropaulo por R\$ 12 milhões, R\$ 74 milhões do montante foram obtidos através de fomento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). Falando agora dos valores de mercado, o preço de referência por m² do aluguel mínimo dentro do Shopping é de R\$ 200,0 (Chiara Quintão - Agência Estado de São Paulo). Segundo Silva (2016) os apartamentos de 235m² chegam a custar R\$ 5 milhões e 40 mil, enquanto que as coberturas enquanto que os apartamentos de 753 m² chegam a custar R\$ 17 milhões.

Houve protestos pontuais na inauguração do shopping (SAMPALIO, 2006; TAKADA e MOTOKI, 2006) com show de Caetano Veloso, onde o próprio artista ao cantar “Sampa” para a plateia de futuros moradores, artistas e socialites, se transformou num joguete - a

população só leria o manifesto nos microfones da inauguração se houvesse silêncio na hora do show. A população - segundo relatos dos moradores - que mais protestou, foi aquela que seria logo retirada da “várzea”, ou o lugar onde se localiza hoje a Business Tower do complexo, com pouca movimentação dos moradores “não diretamente atingidos” num primeiro momento.

Dados de Silva (2016) indicam que pelo menos 70 famílias foram desapropriadas durante a construção numa negociação que envolveu pagamento de até R\$ 40 mil por terreno. As faixas dos protestos sinalizando “Não somos burros, conhecemos nossos direitos”; “A favela do panorama quer melhor perspectiva de vida”, bem como a identificação do ato como “um protesto para mostrar que a favela existe” (SAMPAIO, 2006) são sintomáticos acerca da forma como o Estado e as corporações (não) vêem a existência de uma realidade, uma materialidade, descolada dos seus planos - na maquete\projeto presente no evento da inauguração as áreas ocupadas pela favela eram simplesmente áreas verdes. Trata-se de uma projeção virtual, porém perversa, do urbano, o que já esboça a discussão que será realizada aqui no campo das projeções e possibilidades do urbano.

Próximo ao Complexo, existe a estação de trem da CPTM “Cidade Jardim”, de onde todos os dias uma van faz o percurso de ida e volta até ao complexo para levar os funcionários, uma vez que o melhor jeito de chegar até lá é de automóvel. O que nos revela que complexo Cidade Jardim não está integrado à cidade se não pela utilização do automóvel - toda a sua lógica de acessibilidade não foi pensada para quem chega de transporte público.



Figuras 10 e 11 - O muro que separa duas realidades. Fonte Joaquim Bührer

Os Shoppings Centers enquanto marco de “novo espaço” de lazer e sociabilidade nas cidades grandes, se constituem num canal alternativo para o comércio varejista oferecendo bens e serviços ligados à casa, corpo, moda e alimentação, nascendo como um fator de concentração do comércio. Lemos (1992) aponta que o Shopping Center promove “atomização e a descentralização de atividades (...) Nesse sentido, sua construção corresponde, em termos globais, à homogeneização do espaço, onde se desenvolve uma atividade particular ou de “função única”, estando atomizado no urbano”, como expressão da racionalização, do projeto urbanístico e da normatização do espaço. Como analisa Durand (1992), o Shopping também é relacionado à distinção social por muitas vezes concentrar serviços de alto padrão e também significa um grande empreendimento imobiliário. Porém por se constituir na sua própria forma como um lugar de lazer, convidativo, carrega em si contraditoriamente os limites do público e do privado. Trata-se, claramente, de um espaço privado, e muito privado, com guardas e câmeras, todo o arsenal do controle. Mas também carrega em si o signo do encontro e num contexto onde as atividades e lazer jazem sufocadas pelas mudanças do espaço na metrópole, o Shopping Center representa também uma “simulação operacional do espaço\tempo, resgatando o espontâneo da rua, reinstalando a

condição de segurança para a livre circulação, promove a possibilidade do encontro nas territorialidades codificados em seu interior pelos efêmeros signos de consumo” (LEMOS, 1992, p. 101). Já que seu próprio objetivo é concentrar as pessoas motivando a compra - seria o espaço privado apresentando-se, no senso comum, como um fetiche\convite?

O Shopping Center - ainda mais os de alto padrão - como o Cidade Jardim, se constituem num dos signos da reprodução atual do espaço que se constitui cada vez mais sob o julgo da esfera financeira e imobiliária - um momento em que :

“a produção do espaço (fazendo com que a distribuição da mais valia se situe no plano global através, por exemplo, dos fundos de investimento). Nesta condição, a distribuição dos lucros advindos do solo urbano - pelo consumo produtivo - são distribuídos no plano internacional como decorrência da flexibilização do solo urbano.

Por tanto a urbanização no mundo ilumina o papel e a importância do espaço no movimento da acumulação capitalista, seja como força produtiva para o capital, seja como um negócio nas mãos dos detentores do monopólio da terra (através da existência da propriedade privada).” (CARLOS, 2016, p.4)

Num contexto da cidade como um negócio, onde os espaços hierarquizados e a lógica da circulação que se opõe a do encontro, e também de um ponto de vista macro, onde a desigualdade tem aumentado significativamente no mundo - reflexo direto da concentração de renda e do estreitamento dos recursos (PIKETTY, 2014) - a destruição das sociabilidades vicinais devido ao eterno canteiro de obras em que a cidade se transforma para atender as demandas do mercado aponta para o Shopping ainda mais consolidado como o lugar do encontro - mesmo que seu fundamento seja a privação.

Para pensar se esses seriam os signos que anunciam a efetivação da distopia, no contraste de um futuro que anuncie o direito à cidade, propomos aqui articular como a forma do estado, presente na sua aparente ausência, pode nos ajudar a responder essa pergunta.

2. OBJETIVOS: IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS E PROCESSOS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Os objetivos deste trabalho perpassam a dimensão teórica e a dimensão prática. Isto é, pensando de um ponto de vista a partir do sensível, da vida, do que os moradores da Favela do Jardim Panorama constituem no seu conjunto de representações, símbolos e sociabilidades, como podemos pensar a problemática do direito à cidade enquanto utopia dentro das novas dinâmicas de produção e reprodução do espaço. Há, então, a necessidade de localizar os sujeitos que atuam produzindo o espaço, seja no campo privado ou público, na legalidade ou na ilegalidade, sob, do ponto de vista da teoria das representações em Lefebvre (2006), sob a mesma forma e muitas vezes sob a mesma lógica. Pensando os sujeitos, identificar então os processos que conduzem a urbanização atual e quais são seus conteúdos.

Dessa forma, os três principais objetivos são:

- (i) ao perceber no contexto da favela uma tendência de ausência ou mudança da atuação do estado, propõe-se uma reflexão acerca do papel e forma do estado no que seria a análise espectral de Lefebvre do meio urbano, a partir do contexto de constrangimento vivido pelos moradores;
- (ii) através da transdução e constituição de um objeto virtual possível, este baseado no direito à cidade, opõe-se às noções de utopia - como a efetivação do direito à cidade - e a distopia;
- (iii) reconstruir a partir dos aspectos do sensível perceptíveis no subjetivo dos moradores, como também da morfologia espacial e seus atores, o lugar da favela nas dinâmicas atuais de reprodução do capital no espaço e portanto de urbanização.

3. RECURSOS TEÓRICOS CRÍTICOS, TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DAS DÉMARCHES: UMA METODOLOGIA

Esta seção procura esclarecer o recurso dos métodos teórico-críticos a partir do tratamento das *démarches* intelectuais da “transdução” e da “utopia experimental” de Henri Lefebvre, construindo uma visão totalizante do contexto observado no Jardim Panorama dentro da problemática do direito à cidade. Para tanto também foi preciso articular o conceito de “raridade do espaço” como forma de apontar o sentido buscado na observação do movimento das “novas centralidades”.

Em função dos objetivos previstos para o desenvolvimento desse trabalho, os procedimentos de pesquisa envolveram uma perspectiva teórico-crítica como fundamento metodológico. Nos termos aqui propostos, pretende-se construir uma visão totalizante dos processos interligados que ocorrem na região do Panorama, como forma de praticar um exercício de síntese - a cidade e o urbano, na perspectiva de Lefebvre - que necessita, portanto, pôr em movimento a utilização das *démarches* da “transdução” e da “utopia experimental” (LEFEBVRE, 2001, p.111), bem como promover uma reflexão urbanística que “propõe o estabelecimento ou a reconstituição de unidades sociais (localizadas) fortemente originais, particularizadas e centralizadas, cujas ligações e tensões reestabeleceriam uma unidade urbana dotada de uma ordem interna complexa, não sem estrutura mas com uma estrutura flexível e uma hierarquia” (LEFEBVRE, 2001, p.112).

Para compreender a luta pelo direito à cidade a partir desse universo metodológico, é preciso construir um objeto teórico - porém possível - a partir de informações obtidas na realidade material do objeto do estudo e na teoria atual sobre o contexto do objeto, no que consiste a “transdução”, discernindo sem dissociar a estrutura, forma ou função do objeto, conhecendo seu alcance, área de validez, limites e relações recíprocas: fugindo da constituição de uma ideologia analítica metodológica e parcelar da cidade. A *démarche* utopia

experimental é mobilizada no sentido de considerar o que seria possível experimentalmente para, através do paralelo, considerar a *possibilidade*, o vir-a-ser num campo que exige pensar a cidade como o outro da lógica de consumo, como a negação daquela que se efetiva na realidade enquanto distopia.

Para identificar os sujeitos atuantes na urbanização da região pensando seus limites, intrincamentos e complementariedades, procuramos pensar a partir da teoria das representações de Lefebvre (2006), na qual a presença de determinado sujeito só se realiza por meio de uma *forma*. Esse conceito permitiu que as relações entre público e privado, legal e ilegal, ficassem mais claras, *e apontassem para um novo paradigma sob o Estado de exceção*.

Ainda nessa perspectiva, considerar e operacionalizar o conceito de “raridade do espaço”, que impulsiona a produção de um “novo espaço”, ou reprodução do espaço, visto que a necessidade expansionista dos setores modernos da economia se encontra em contradição com a ausência de espaço desocupado (CARLOS, 2007) - que se apresenta como conteúdo crítico a ser observado na dinâmica entre o Complexo Cidade Jardim e a Favela Jardim Panorama, e na interessante oportunidade que o espaço ocupado pela favela representa para o mercado imobiliário na cidade de São Paulo. Isso aponta para a importância do espaço, como objeto de estudo da Geografia, na compreensão das movimentações das centralidades na dinâmica capitalista atual. Todo esse conjunto aponta também para a possibilidade de um exercício de experimentação metodológica que não se propõe apenas à elaboração de um plano ou cartilha monográfica.

Para viabilizar esse olhar sobre o objeto, foi necessário levantar dados demográficos do distrito do Morumbi - como forma de conhecer a dinâmica espacial e social ao longo do tempo e espaço, intervenções do estado e transformações na malha urbana que indiquem a forma de ocupação, sua valorização e o uso do espaço. Uma revisão bibliográfica - como forma de trazer os debates teóricos acerca do direito à cidade e outros conteúdos relevantes para a compreensão do objeto e na constituição da problemática urbana.

A confecção de hemeroteca com notícias relacionadas à comunidade Jardim Panorama e ao complexo Cidade Jardim, permitiu pensar sobre os acontecimentos

importantes que apontaram para as dinâmicas e processos urbanos e sociais nas imediações da favela.

Trabalhos de campo: seis visitas à Favela Jardim Panorama e ao Complexo Cidade Jardim - obtendo uma vivência de imersão na realidade conflituosa da região, buscando conhecer as formas de apropriação do espaço, vivências e anseios da população residente - o que implicou em fazer entrevistas⁶ com moradores da Favela apenas com a utilização de anotações devido à problemática dos assuntos tratados, os nomes foram alterados para manter o anonimato das fontes.

Contextualizamos, então os atores que co-habitam, coexistem e põe em movimento os conteúdos atuais da urbanização e quais são seus respectivos papéis no grande ato do que pode ser pensado como a “crise urbana” na metrópole de São Paulo, são eles: o mercado imobiliário com seus atores privados; o Estado como um ator que assume diversas formas num contexto de exceção; a população e suas formas de resistência ou adaptação à realidade; e por último, através de descoberta fundamental de campo, o crime organizado, chamado aqui de Quarto Setor. Os conteúdos extraídos de cada um desses atores nos permitiram compreender o *lugar* da favela do Panorama num contexto de novas centralidades, criminalização dos pobres, e de exceção propriamente dita, onde tais sujeitos produzem a cidade, muitas vezes a partir das próprias contradições entre si. A emergência do direito à cidade enquanto utopia, então, faz-se na contramão de uma realidade que efetiva-se enquanto distopia, apontando para a urgência dos sujeitos oprimidos que só existem na condição de criminosos, marginais, excedentes, desmontando os discursos de “inclusão” social a partir da própria lógica que os produz: a produção e reprodução do espaço como fronteira de expansão capitalista age de forma a criar espaços diferenciais, espaços da desigualdade, que não são meros acidentes de percurso, mas sim condição para a sua existência - no que reside a razão de ser desta pesquisa e sua justificativa.

4. PRESENÇA-AUSÊNCIA DO ESTADO

⁶ O texto de referência para entrevistas de campo, com os eixos e objetivos principais, foi pensado após o primeiro trabalho de campo em conjunto nas reuniões de orientação e consiste no ANEXO 1 deste trabalho.

AUSÊNCIA

(Carlos Drummond de Andrade)

Por muito tempo achei que a ausência é falta.
 E lastimava, ignorante, a falta.
 Hoje não a lastimo.
 Não há falta na ausência.
 A ausência é um estar em mim.
 E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos
 meus braços,
 que rio e danço e invento exclamações alegres,
 porque a ausência, essa ausência assimilada,
 ninguém a rouba mais de mim.

A introdução deste trabalho nos anuncia o papel do Estado no contexto de urbanização geral do Brasil - e como ele difere do Estado dentro do contexto de explosão-implosão da cidade industrial de Lefebvre: uma vez que em um o Estado é fonte centralizadora do poder administrativo e no outro atua junto com o mercado assumindo os efeitos das ondas negativas de atualizações tecnológicas - mas o que queremos aqui é pensar, e eventualmente propor uma discussão, no que se refere como esse Estado se faz presente mesmo na sua ausência no contexto da Favela do Panorama e quais atores participam desse jogo, como participam, e como essa análise possibilita pensarmos o papel da favela dentro do grande ato da urbanização atual brasileira. Os nomes presentes nos trechos e citações de entrevistas foram trocados para preservar a identidade dos colaboradores.

Na ficção, China Miéville em seu romance “A cidade a cidade” nos apresenta duas cidades-estado que coexistem no mesmo lugar mesmo tendo seus sistemas governamentais, leis, costumes culturais e etnias ou nações diferentes. As cidades são “inimigas históricas” e apesar de compartilhar da mesma “malha urbana” uma cidade “ignora” a existência da outra fora dos tabuleiros diplomáticos, “desvendo” construções, populações, veículos e o que quer que seja. Uma cidade só se relaciona com a outra quando a “brecha” é cometida - ou seja, quando um morador de determinada cidade interage com a *outra cidade* - o que configura crime. Aqui temos a favela do Jardim Panorama que é vizinha do rico Complexo Cidade Jardim, sob a mesma nação, cidade e Estado, mas que vivem sob aspectos totalmente diferentes do que é considerado como efetivamente *viver a cidade*. Seriam, então, duas cidades diferentes como tenta nos apontar a notícia de título “Um alvo visado demais” (RODRIGUES, 2010), demonstrando que os “problemas” da “microrregião exclusiva” construída pela JHSF residem no fato de que tamanha concentração de riqueza se torna um “motivo de inveja”? Estariam os “pobres”, da outra cidade, marginalizada, cometendo

brecha? O Estado que legisla sobre essas duas realidades o faz *da mesma maneira para as duas?*

A proposta de Miéville é justamente apontar para o fato de que apesar de cada “lugar”, dentro de um contexto hierarquizado de lugares, funcionar segundo seu próprio código normativo, poderes e territorialidades, se enxergar como único e restritivo, na verdade só existe uma cidade. É do próprio processo de diferenciação espacial a característica de produzir diferenças, e mais, desigualdades, que se constituem como faces da mesma moeda. Por isso tomamos aqui emprestado o conceito de “(des)ver” para tentar sempre indicar que o que ocorre é um processo que se reconhece e ignora seus próprios resultados e problemas como constituintes da mesma ação produtora. A ficção, nesse caso, permite pensar todo o espectro urbano no campo do *possível*, de um extremo a outro, quando pensamos os limites da cidade enquanto lugar que vegeta esperando o declínio e enquanto centro de poder e de conhecimento (LEFEBVRE, 2009). Da distopia à utopia.

Primeiramente, num breve resumo, podemos pensar na forma contratual do Estado, onde o mesmo emerge como um grande “resolvedor de conflitos” entre diferentes segmentos populacionais - o Estado tem em si o centro da resolução dos problemas que cabem às diferenças fundamentais entre os humanos que vivem sob o seu território. Porém, do ponto de vista do materialismo histórico dialético, as diferenças essenciais entre os segmentos humanos são, em suma, *classe*. Sendo assim, como eventualmente resolver conflitos de maneira igualitária entre classes com interesses antagônicos? O Estado Liberal, então, contendo seu fundamento no *laissez-faire* (DARDOT e LARVAL, 2016), com seu próprio papel pretendido de não-interventor, entra em contradição com a necessidade da intervenção para garantia do que era entendido, e que hoje se reforça durante o Estado Neoliberal, como um direito natural localizado na propriedade privada. Estado que deveria se ausentar, na verdade se reforça. O que significa que não é uma preocupação orgânica do Estado a resolução dos conflitos entre classes sob o mesmo paradigma ético, moral e até mesmo estético: trata-se uma balança de dois pesos e duas medidas. Uma *contradição formal*.

É a partir dessa premissa - da contradição do Estado que deveria se constituir a partir da forma da igualdade (a forma da burocracia na universalidade) que acaba atuando de forma diferencial - que pudemos ao comparar com as entrevistas de campo com os dados coletados nas bases de dados da prefeitura, supor uma situação presença-ausência do Estado: primeiro a ausência no sentido *strictu-sensu*, o mapa online GeoSampa mostra que as linhas de energia (e iluminação pública), água, gás e telefônica não encontram correspondente físico nas ruas da

favela - apenas “rodeando” o entorno da comunidade, como se ela fosse ou um vazio, ou um condomínio. É também “rodeando” a comunidade que percebemos que a pavimentação, os “vazios” entre os condomínios, principalmente na parte “de trás” da favela - isto é, a que não está virada para a marginal - na forma de jardins e praças, são extremamente bem cuidados, onde a obrigação de infraestrutura básica é levada ao extremo, sugestionando que o Estado serve nesse contexto como provedor *para o privado*. Há inclusive, do ponto de vista simbólico, a ideia de que esses vazios representam uma transição que nos avisa, ao sair da favela, que é “em outro mundo” que adentramos ao continuar andando em direção aos condomínios. Tal processo evidenciado aqui é engendrado pelo movimento que explicita a produção do espaço como condição sempre renovada da realização do ciclo econômico (CARLOS 2015, p.29). Aqui o papel do Estado direcionando investimentos em infraestrutura aprofunda a desigualdade e, em conjunto com o processo de valorização imobiliária, permite a acumulação ampliada do capital. A desigualdade não é nesse contexto um “efeito colateral”.

Do ponto de vista dos principais aparelhos públicos: há uma Unidade Básica de Saúde (UBS) nas proximidades do Real Parque, favela maior na proximidade do Jardim Panorama e um Hospital Estadual, o do Jardim Guedala a quase 6 km de distância. Nenhuma biblioteca pública (só há a pequena biblioteca do CEC⁷). Para todos os outros serviços, a população precisa de deslocar. Pensando agora o acesso à cidade, e do deslocamento portanto, há um ponto de ônibus na frente da favela, dando para a Av. Magalhães de Castro, com ônibus com acesso ao terminal de metrô Santo Amaro. Nas proximidades da favela Real Parque, na Rua Cesar Vallejo, há um ponto com acesso ao centro da cidade, porém a partir das 11h os ônibus cessam - segundo relatos dos moradores.

Também é preciso citar que como não existem linhas de energia oficial nas ruas e vielas, bem como uma rede de distribuição de água e esgoto oficial, os moradores não pagam por esses serviços: os obtém de forma “illegal”.

A população se queixa do governo aparecer ali apenas para “contagem”⁸ - e aqui a referência aos censos do IBGE - e também para eventualmente avisar sobre despejos. Por exemplo, atualmente a área próxima da marginal nas proximidades do “campinho”⁹ da favela

⁷ O CEC é o Centro de Convivência dos Moradores do Panorama. O prédio e a infraestrutura básica foram entregues pela Associação Mãe Peregrina que hoje está afastada da comunidade.

⁸ “O governo só aparece aqui quando fazem a contagem lá do senso. Pro IBGE né? E também pra dizer que vai ter retirada de morador. Fora isso, só a polícia.” Francisco, um dos entrevistados.

⁹ O campinho foi doado pelo político Milton Leite.

está em situação de obras - ali a prefeitura começará a ‘urbanizar¹⁰’ a favela, através da construção de moradias populares. Essas obras são previstas a partir da lei de zoneamento 16.402/16, de 2016, que como informamos na introdução é uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 3, onde qualquer construção deve conter Habitações de Interesse Social (HIS - para baixa renda, moradores de áreas irregulares), Habitação de Mercado Popular (HMP - de três a dez salários-mínimos por família) com exceções para: (i) imóveis públicos destinados a equipamentos sociais de educação, saúde, assistência social, cultura, esportes e lazer, bem como à infraestrutura urbana (igual); (ii) integrantes do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (igual); (iii) classificados como ZEPEC-BIR, tombados ou que tenham processo de tombamento aberto pelo órgão competente de qualquer ente federativo (novo) (informações da Secretaria Municipal de Licenciamento, 2014). A partir da esfera normativa, o Estado classifica, legisla e efetivamente planeja sobre o espaço. As exceções para a construção de HIS ou HMP serão melhor trabalhadas no capítulo 6.3.

Mas essa ausência, quando tensionamos o conceito, se torna aparente. Trata-se de compreender que a presença só se realiza por meio de uma forma, e que retirada do seu contexto, emerge como ausência (Lefebvre, 2006). Em contradição, presença e ausência se relacionam com as representações – o que constitui a dialética do vivido e do percebido.

Assim a *presença* do Estado, que emerge sob a forma das medidas de *surveillance* (patrulhas ostensivas em vários horários do dia, câmeras e controle propriamente dito), consiste no fechamento do constructo histórico de como o Estado brasileiro (*des*)vê as populações pobres. Pedroso (2005) afirma que a origem da ideologia policial brasileira emerge num contexto de militarização das polícias no início do século XX onde a ênfase era na atuação da polícia política, preparada para gerenciar o caos social. Já no final da ditadura militar, o papel da polícia militar então nasce sob a égide da repressão política - numa sociedade que, como já vimos, a proletarização da população não acompanha o avanço da indústria e boa parte do excedente populacional do campo já nasce à margem do processo de produção - *cabe ao Estado lidar com a pobreza*. Esse é um conceito essencial para que começemos a compreender o contexto de *exceção* no qual a favela se insere.

Na dimensão do sensível - o constrangimento causado pelo patrulhamento ostensivo, em si, também é contraditório - uma vez que o policiamento aumentou com a chegada do shopping, já que é papel da polícia atuar em defesa da propriedade privada e, como todas as

¹⁰ A prefeitura usa o conceito de “urbanização” para suas obras de saneamento básico, pavimentação, construção de aparelhos (como UBS’s, hospitais, escolas), e construção de habitações de interesse social. “Urbanizar” aqui não é um termo que se refere à literatura Lefebvriana.

desconfianças em casos criminais recaem sobre os moradores da favela, enquanto que a violência policial em si diminuiu com a chegada das câmeras do complexo. O *surveillance* atua como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que permite o total controle das ações na vizinhança, também reduz o comportamento abusivo policial, que agora teme o *registro* das câmeras. Francisco¹¹ narrou em entrevista diversas situações em que sofreu violência policial. Tais constrangimentos atuam de forma física - o espaço fragmentado, a negação e privação, como dimensões ativas do sensível, bem como a pauperização e marginalização. Como percebemos, é impossível pensar no papel dessa forma do Estado na atual urbanização sem pensar no problema da marginalização.



Figura 12 - O surveillance como presença marcante. Fonte: Joaquim Bührer.

4.1 MARGINALIFUNÇÃO¹² DO ESTADO E O EXCEDENTE INÚTIL

11 Francisco é um dos entrevistados com nome fictício. Das ocasiões mais emblemáticas, cita quando mais novo apanhou da polícia ao chegar da escola, sendo revistado e tendo sua mochila e cadernos rasgados. Mais velho, cita um momento em que retornava de um dia de trabalho vendendo água e refrigerantes no sinal, quando foi abordado, apanhou dos policiais e teve sua mercadoria confiscada - no rosto com várias cicatrizes, aponta para uma delas como oriunda dessa ocasião. Segundo ele a violência diminuiu com a chegada das câmeras.

12 O título aqui “agrega” as palavras “marginalização” e “função” para, num sentido conceitual, apontá-las como imbricadas e simbióticas.

Ainda na década de 1990, Davis (2006, p.165-166), aponta para um momento quase utópico de aplicação dos parâmetros neoclássicos de liberdade econômica: esforços mundiais no sentido de diminuir a interferência dos Estados Nacionais nas transações econômicas e o início efetivo de uma década de globalização culminaram nas desvalorizações de indústrias nacionais em todo o chamado “Terceiro Mundo” e do então “Segundo Mundo”, que acabara por se converter num novo Terceiro Mundo, com o fim da experiência socialista representada pela queda do Muro de Berlim e dissolução da URSS, resultando em privatizações em massa, desemprego, pobreza e aumento da desigualdade. O reflexo na urbanização é a concretização de uma população “excedente” e de discursos políticos neomalthusianos de que o problema é “gente demais”, e não a distribuição de renda, como Piketty (2014) demonstra a partir da sua análise sobre a renda média e imposto de renda. Porém numa urbanização desligada da industrialização, não é necessariamente a oportunidade de emprego na indústria que produz o crescimento da cidade, como vimos a cima, o que torna a situação ainda mais complexa.

Nesse mesmo contexto, no Brasil, o fenômeno da urbanização já se consolidava: a favelização e periferização aparecem como implicações da questão urbana. Para Da Matta, Lall e Wang (2007, p.53), as periferias urbanas apresentam um maior crescimento populacional entre 1970 e 2000. “Os padrões de distribuição da população total e da população em favelas ao longo das duas décadas foram similares. Nota-se uma desconcentração da população dos núcleos de aglomerações urbanas para as regiões periféricas.” Segundo os autores, a região Sudeste possui quatro milhões de pessoas vivendo em “aglomerados subnormais”¹³, o maior número absoluto do país até os anos 2000 (DA MATTA, LALL e WANG, 2007 p.53). Ainda nos mesmos autores:

A próxima relação investigada foi a entre tamanho das favelas e desigualdade de renda. A regressão (3), seguindo a tendência dos resultados, lista uma relação positiva e significativa entre desigualdade de renda e parcela da população em favelas. Utilizou-se, como exposto anteriormente, o índice de Gini como medida de desigualdade de renda nas cidades. Os resultados obtidos revelam que 1% no aumento da desigualdade de renda ocasiona 1,6% de habitantes em favelas. Por tanto, cidades mais desiguais são as que possuem o maior número de favelas. (2007, p.59)

O distrito do Morumbi (que incorpora hoje o Distrito da Vila Andrade tornando-se este “o Novo Morumbi”) teve o maior crescimento da cidade de São Paulo de 1990 a 2000, chegando a crescer 70%, concentrando 5,8% do total das ofertas de móveis novos em 2002 (GOHN, 2000). A alta taxa de crescimento, a chegada de serviços de alta especialização

¹³ “Aglomerado subnormal” é o nome dado para os domicílios ocupados em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares para o conjunto do País, Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios (IBGE).

(como colégios de elite, lojas de artefatos exclusivos), começam a esboçar a dinamização e produção de novas centralidades, atraindo as classes mais altas ao mesmo tempo que produz contrastes com *novas periferias* que trabalharão no setor de serviços, incluindo aí serviços de casa, condomínio e etc. Crescem as favelas da região.

Mas não é simplesmente uma relação de causa e efeito. O fluxo migratório de populações oriundas de outras regiões do Brasil foi a principal fonte de favelamento e periferização até a década de 1980, porém a partir desta data a migração recuou. “O aprofundamento da elitização dos espaços centrais que é decorrente da crise do financiamento habitacional vai reiterar uma dinâmica territorialmente expansionista com novos conteúdos.” (CARLOS, 2015). Isso indica que não são mais os migrantes em processo de favelização, mas sim algumas populações cuja primeira residência urbana não é a favela, as principais atingidas por esse processo - ou, em outras palavras, a desigualdade na metrópole tem aumentado. Segundo Pasternak (2006), em meados dos anos 2000, a população favelada era de mais de 11% do total de São Paulo. *A produção de indesejáveis.*

Essas populações que hoje estão estabelecidas em bairros marginalizados, onde o isolamento e a alienação social alimentam-se um ao outro, ao mesmo tempo que o abismo entre as populações marginalizadas e o restante da sociedade se aprofunda (WACQUANT, 2001, p.169) para o autor:

A nova marginalidade urbana é subproduto de uma dupla transformação na esfera do trabalho. Uma é quantitativa e acarreta na eliminação de milhões de empregos semiqualificados sob pressão combinada da automatização e a competência da mão de obra estrangeira. A outra é qualitativa e implica na degradação e na dispersão das condições básicas de emprego, remuneração e segurança social para todos os trabalhadores, salvo os mais protegidos. (WACQUANT, 2001, p.173)¹⁴

Esse aprofundamento da desigualdade não se apresenta como um resquício ou resíduo artificial das novas lógicas sob a hegemonia do capital financeiro, mas sim como fundamento da reprodução do espaço, uma vez que “o desenvolvimento do capital financeiro cria um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades, focando o espaço-mercadoria” (CARLOS, 2015 p.26), processo este que sinaliza novos conteúdos da urbanização que envolvem uma profunda hierarquização dos espaços através de desconcentração do setor produtivo, mudança do setor de serviços e aparecimento de novos setores econômicos - e podemos localizar o empreendimento misto “residencial, shopping,

¹⁴ “La nueva marginalidad urbana es el subproducto de una doble transformación de la esfera del trabajo. Una es cuantitativa y entraña la eliminación de millones de empleos semicalificados bajo la presión combinada de la automatización y la competencia laboral extranjera. La otra es cualitativa e implica la degradación y la dispersión de las condiciones básicas de empleo, remuneración y seguridad social para todos los trabajadores, salvo los más protegidos.” (WACQUANT, 2001, p.173)

eventos e escritórios” da JHSF como ponta de lança dessa nova lógica. Para Carlos (2015, p.27) as contradições, então, se aprofundam “A valorização do espaço como expressão da realização da propriedade privada da riqueza impõe-se para toda a sociedade, redefinindo os acessos aos lugares, criando interditos” (p.27), movimento este que redefine as relações sociais e, deliberadamente, privilegia áreas e grupos em detrimento de outros, estando à serviço de um projeto de mundo, de uma visão utópica, porém perversa, e virtual que se sobrepõe à realidade e impõe suas lógicas sobre a vida. *Uma distopia*.

É um contexto de punitivismo e penalização dos pobres *per se*. Wacquant (2008) coloca que “descivilização e demonização formam uma combinação estrutural discursiva, em que cada elemento reforça o outro e em que ambos servem em tandem para legitimar políticas públicas de abandono urbano e contenção penal, responsáveis pela situação de risco do Cinturão Negro do fim do século passado” (p. 11). Ainda em Wacquant, o gueto se constitui num instrumento institucional composto por quatro elementos (estigma, restrição, confinamento espacial e enclausuramento organizacional) e discute a relação étnico racial com a questão da marginalidade urbana, onde o sistema penal se torna instrumento para administração da insegurança social causada pela população excedente, marginal e majoritariamente negra. Apesar das favelas brasileiras se constituírem num outro contexto, o aspecto formal e de conteúdo se apresenta de forma muito parecida: uma população em suma negra, marginalizada, penalizada por ser quem é, vivendo em situações de enclausuramento - esta última questão extremamente evidenciada no caso da favela do Jardim Panorama, uma vez que se constitui uma ilha pobre num oceano rico.

É possível também notar aqui, então, a tendência do estado e da dimensão privada em (*des*)ver¹⁵ as comunidades periféricas e os movimentos sociais, produzindo-os no seu imaginário como inimigos em potencial. Como se *cometessem brecha* quando tentassem ocupar os espaços da metrópole. Do ponto de vista do sujeito morador da favela, a mensagem do poder público e privado é clara - *ele não é bem vindo*. É evidente que tratamos aqui de um problema de acesso, ou direito ao direito à cidade. Indicando que a utopia da cidade como encontro, como obra, pode não se compreender mais no âmbito do *possível*, dentro do imaginário e nem como força política. Os elementos da privação e da vigilância informam que

15 Utilizamos (*des*)ver no sentido de que o poder público e privado escolhem deliberadamente ignorar que tais populações se reproduzem na medida em que avançam os processos de urbanização sob a lógica da produção e reprodução do espaço. Ignorando que se trata de uma consequência do próprio processo, o próximo passo é encontrar soluções alternativas que não envolvam a transformação do próprio processo: por isso criminalização e controle.

aquele local tem acesso além de restrito, muito bem vigiado. Graham (2013), identificando essa tendência ao tratar do *urbanismo militar*, destaca:

“Em um mundo em que guerras totais de Estado versus Estado são cada vez mais raras - ao menos por enquanto -, vemos uma proliferação de conflitos entre violência política estatal e todo tipo de insurgências, redes e combatentes não estatais. Com o planeta se urbanizando em uma velocidade sem precedentes, um novo e insidioso conjunto de efeitos bumerangue está permeando as cidades e a vida urbana na forma de um novo urbanismo militar.” (GRAHAM, 2013, p.68-69)



Figuras 13 e 14 - As guaritas como signo da privação. Técnica que tem origem nos quartéis e emerge nas cidades.

A produção de “indesejáveis”, (*des*)vistos pela iniciativa privada e pelo Estado, que não podem ser incorporados às lógicas de divisão do trabalho subservientes ao capital financeiro, se liga diretamente ao fato de que a dimensão do controle social é essencial para coibir as movimentações políticas desses sujeitos já muito fragilizados por todas as frentes e ataques descritos aqui. Zibechi (2015) aponta para a tendência na América Latina de instrumentalização das novas formas de controle e disciplinamento numa dimensão militarizada, e sua outra face repleta de planos sociais de inclusão¹⁶, são duas faces da mesma política. Um estado de exceção permanente.

A favela do Jardim Panorama, apesar de existir desde a década de 1950, aparentemente não é um local onde uma identidade forte com o espaço, onde um “orgulho” ou sentimento de pertencimento se desenvolveu amplamente. Está presente no discurso de

¹⁶ TAKADA (2006) evidencia projetos de jovens moradores da favela entre 15 e 18 anos que participaram do Projeto Casulo (uma Organização da Sociedade Civil - OSC) numa parceria com governos estadual e federal. Os projetos envolveram a criação de uma rádio comunitária e da sala de computadores para acesso público da comunidade (esta que hoje existe no CEC). Nas reuniões de financiamento e discussão do projeto, a JHSF participou como uma das partes.

Jeferson e João, dois entrevistados, a vontade de “sair da favela para morar num lugar melhor”.

“Tudo que o povo daqui quer é que o Shopping compre logo o terreno. Assim a gente pode ir morar num lugar mais urbanizado, melhor, comprar um terreninho na Zona Sul, na Paraisópolis, um lugar que tenha banco, serviços.” (Jeferson) ,

Sendo os dois moradores empregados em negócios na favela, a problemática do pertencimento entra em voga. É aqui que emerge com força a expressão sintetizada no sentimento “corda bamba”, presente em diversos discursos acerca de questões de permanência no local, motivada pela constante compra de casas de alvenaria e barracos pela incorporadora. Os ‘comprados’ são “marcados” com um ‘X’ (Figura 15), e algumas casas, no entorno do muro, mesmo sendo apenas “esqueletos”, ou restos de casa, ainda exibem o ‘X’ em qualquer parede que esteja de pé. Essa *corda bamba* em relação a permanência pode apontar para uma das razões que uma identidade que se relacione com os ideários de permanência e resistência, como é como em outras periferias, não seja efetivamente criada com o espaço. Tal constatação, alinhada com a baixa ou nenhuma organização política (aqueém do hip hop e da nova União dos Moradores), contribui para a total desarticulação dos moradores, e pode apontar para uma justificativa no campo ideológico e simbólico para a facilidade que as mudanças estruturais que (*des*)vêem as populações marginalizadas conseguem se permear na sua vivência, encontrando assim amparo e terreno fértil.



Figura 15 - Dentro dos círculos vermelhos, os 'X' indicando área para remoção já comprada. A flecha vermelha indica o muro que separa a favela da área verde. Fonte Joaquim Bührer.

Tudo isso reafirma a ideia de que vivemos um contexto onde o Estado de Exceção que se concretiza como regra e como paradigma de governo dominante na política contemporânea (AGAMBEN, 2003). Apesar do sistema vigente brasileiro se ancorar na democracia representativa e da constituição assegurar direitos básicos, sob as lógicas de estado de exceção, enquanto figura da *necessidade*, mesmo que sob a forma da ilegalidade, as ações compreendem o respaldo “jurídico”, a aceitação pela sociedade civil e as justificativas morais e éticas que necessita para se consolidar. São os distúrbios civis justificando o fortalecimento da polícia. É a violência crescente, engendrada pela lógica do espetáculo na *cruzada* empreendida pela mídia mainstream, fortalecendo o discurso punitivista e as medidas de *surveillance*. É a aproximação da periferia¹⁷ com os pensamentos conservadores e de matiz próxima dos auto-proclamados novos movimentos liberais brasileiros possibilitando o

¹⁷ João, que mora a tempos na região, se disse decepcionado com a esquerda: “Votei no PT a vida toda. Só me arrependi com a roubalheira. Nunca mais voto. O povo cansou de ladrão. Em um mês na prefeitura, o Dória já fez mais que o Lula a vida inteira.”. Esse discurso, cuja base material não dialoga necessariamente com a realidade, uma vez que seria impossível, nas lógicas de administração política atuais, um mês de gestão da prefeitura concentrar mais ações que oito anos na presidência, independente do candidato, se aproxima muito do fenômeno atual de pós-verdade (onde apenas o discurso importa). Sites ‘liberais’ ligados ao ‘Movimento Brasil Livre’ são comuns difusores desse ideário.

respaldo popular para a agenda neoliberal que se impõe, etc. *Presença mesmo na ausência*. O desenrolar das formas apontam para um intrincamento.

Agamben (2003) também afirma que “esse totalitarismo moderno pode ser definido como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (2003, p.13). A emergência e fortalecimento do estado policial, da criminalização da pobreza, da militarização urbana, do racismo estrutural que é responsável pelo genocídio da população jovem e negra, se alinham num mesmo projeto que produzem um reflexo no processo de urbanização brasileira - uma marginalização que não ocorre, pensando no *strictu senso* do termo, à margem, tangencial, mas sim corre no cerne do fenômeno e se constitui como condição para sua reprodução. Na próxima seção elaboraremos melhor a discussão no entorno dessa mudança de paradigma e como o sujeito morador da favela do panorama se insere nesse contexto.

4.1.1 A MUDANÇA DE PENSAMENTO

A invasão do pensamento de matiz meritocrática, presente nos discursos de André e Leonildo¹⁸, é difundida no senso comum na comunidade. Do ponto de vista histórico, podemos notar esse discurso aumentando a partir da mudança crítica da periferia nos anos 1990. Através do afastamento das pessoas de alguma esperança na luta política a partir de uma série de acontecimentos, consolida-se a ideia de que a “vitória”, num contexto que sempre se relaciona com a ideia de “sair da favela”, é somente alcançada através do mérito, do trabalho duro e da abertura do próprio negócio. A propriedade privada, como sendo o fundamento que garante “alcançar o mérito” aparece então como única maneira de acesso à cidade num horizonte de *possibilidade* dos sujeitos. Os negócios e o empreendedorismo emergem, então, como a possibilidade emancipação individual: a presença do estacionamento, na lateral do muro que divide favela do complexo, os restaurantes na rua principal, a padaria, o fenômeno dos locatários, o discurso do “vencer pelo trabalho”, extremamente enraizados e naturalizados, criam um *diferencial ideológico* na região.

18 As falas de André “Aqui cada um faz o seu. Eu não me meto no negócio deles e nem eles no meu” e “Muitas pessoas vem com papo estranho, querendo mal, não vou julgar ninguém mas também não me aproximo” revelam a dimensão da desconfiança e da individualidade. Leonildo também aponta a “inveja” presente na dimensão da desconfiança “Tudo aqui era comunidade - e o shopping foi pagando todo mundo. Para mim foi bom demais, eu pude abrir o meu negócio, tem gente que tem inveja que “não dá para confiar”.

É fato que alguns setores prosperaram com a chegada do complexo, especialmente os de alimentação e estacionamento, uma vez que o preço excessivo das refeições no shopping e do estacionamento local forçam aqueles que à trabalho ou visita não tem o dinheiro necessário a utilizar os serviços da favela. Uma multidão de *engravatados* (Figura 12) faz o percurso shopping-favela todos os dias a partir das onze da manhã para almoçar nos restaurantes que chegam a pagar R\$ 3.000 de aluguel pelas casas de alvenaria com dois e até três andares. O faturamento do estacionamento roda na casa dos R\$ 8.000 mensais. Isso significa que o desenvolvimento de uma economia marginal na região da favela acabou por aprofundar a desigualdade - alguns moradores ganham muito e outros *não exatamente*.



Figura. 16 - O restaurante: Almoço.
Fonte: Jornal El País.

Segundo a prefeitura de São Paulo, a média de salários oscila na casa dos R\$ 1.300,00 - mas os relatos no campo são de desemprego geral na região, principalmente no período atual de crise, o que sugere que a estatística média, puxada pelos *outliers* - ou aqueles que excedem em muito a realidade local - não revela em suma a renda per capita da região. Os “exemplos de sucesso”, ou os moradores que aproveitaram da forma mais adequada possível os aspectos que, aparecendo como novidade na região, poderiam gerar oportunidade de renda, tem interesses de “continuar na favela” ou “continuar o negócio na favela”, como é o caso de André e Leonildo, enquanto que boa parte dos entrevistados “assalariados”, como os trabalhadores Jefferson e Alexandre, desejam que o shopping “compre logo” os terrenos, possibilitando que um aporte de dinheiro (que oscila de R\$ 25.000 até 150.000, nos casos de casas de alvenaria com dois ou mais andares), possibilite o financiamento de uma casa em

algum outro lugar, seja através do programa do governo federal ‘minha casa, minha vida’, seja em outra favela, ou gerando o capital de giro para “abrirem seu próprio negócio”.

Paraisópolis é um dos destinos preferidos dos entrevistados mais jovens, principalmente porque na favela maior “tem mais coisas para fazer”, como lojas, ofertas de emprego em comércios e “festas” - o que indica que dentro do diferencial econômico entre os próprios moradores, aparece um diferencial de opinião acerca de permanência no local ou não. Diferencial de opinião acerca da permanência que, motivado pelas diferenças sócio-econômicas, fortalece a ideia de que para “sair” daquela vida, é preciso abrir um negócio, “vencer por conta própria”, com o “próprio suor”, como aparece no discurso de Jefferson. O acesso à propriedade e ao próprio negócio são as ideias então difundidas como única forma de “vencer na vida”. Boa parte dos donos dos negócios na região, como o lava rápido ou estacionamento, ainda vivem na favela - é o caso dos dois aqui citados, Leonildo e André. Para ambos “não há do que reclamar” sobre a relação com o shopping.

O indivíduo pretende alcançar a *utopia*, o sonho de vencer, pelos meios que lhe cabem ou aparecem, enquanto que “a cidade como produção social (espaço-tempo da realização da vida) aparece exterior à sociedade como potência estranha na medida em que a prática é invadida pelas possibilidades, sempre ampliadas, de realização da acumulação, o que impõe fortes restrições às formas de apropriação do espaço objetivando o uso” (CARLOS, 2016) só permite o acesso e à vida através de e mediada pela propriedade privada. Trata-se de uma subversão do potencial e da possibilidade.

Marx propõe que aparece como necessidade para o capital a produção de uma população excedente:

“O processo de acumulação em si é mais do que um momento imanente do processo capitalista de produção. Implica uma nova criação de assalariados, que são meios para a realização e o incremento do capital existente, já porque subsume nele partes da população ainda não abrangida pela produção capitalista, tais como as crianças e as mulheres, já porque, graças ao crescimento natural da população, se lhe submete uma massa acrescida de operários. Estudando o assunto de perto, resulta daqui que o capital regula esta produção da própria força de trabalho, a produção de massa humana que há de explorar, em conformidade com suas necessidades de exploração. O capital não produz portanto apenas capital; produz também uma massa operária crescente (...)” (MARX, 2004, p. 134)

Trata-se de uma produção em larga escala da relação de subsunção formal do trabalho ao capital, onde o processo de trabalho se converte em instrumento do processo de valorização e de autovalorização do capital, com objetivo de criação da mais valia. Tanto o capitalista que entra enquanto “gestor”, quanto o capitalista provedor do empréstimo não produzem dominação direta sob o trabalhador: este que, enquanto possuidor da mercadoria

trabalho, é dominado diretamente pelas relações com o capital. Aqui aparece uma espécie de dominação que não depende exatamente de uma figura - como foi na etapa anterior da história, de dominação pela aristocracia e pelo rei - figurando a astúcia do capital¹⁹ frente às outras formas de dominação, uma vez que se constitui, na forma fetichista, como uma dominação que não aparece efetivamente como dominação - já que o trabalhador seria “livre” para trabalhar para qual senhor quiser, a própria ideia de senhor se apresenta difusa e entorpecida.

Sob a égide do capital financeiro, portanto, tais relações passam a ser ainda mais complexas, uma vez que a proliferação do mercado de ações, flutuações no mercado de compras e vendas, podemos refletir acerca de como as relações de classe podem se contextualizar de maneira abstrata: não se tem mais a figura do capitalista clássico, dono da fábrica, aparecem as figuras dos “gestores amigos”, do “bom patrão”, ou do total desconhecimento sobre quem efetivamente é dono de tal empreendimento, uma vez que as partes se dividem em diversas ações que inclusive podem ser propriedade de outras empresas com outras ações no mercado, e assim por diante. Por tanto, podemos inferir que os processos que atrapalham a constituição de um desejo pelo coletivo, enquanto classe, de organização e resistência, reside nesses dois pontos: (i) população ‘não incorporada na produção’ que não encontra lugar na atual divisão do trabalho e (ii) sem o locus da classe como projeção da *possibilidade* de emancipação o que resta é a emergência do indivíduo como sujeito principal para se relacionar com as lógicas de produção e resistência.

A emancipação individual como promessa, produzida pelo discurso de matiz meritocrática, é altamente competitiva - a ideia de “premiar” o melhor se reproduz numa lógica comparativa que desestimula as formas coletivistas de organização. O reflexo na realidade pode ser apontado no período de aproximadamente 2014 até Abril de 2017 a União dos Moradores da Favela do Panorama deixou de existir, e que não há hoje nenhum coletivo político autônomo além de pessoas ligadas ao hip hop²⁰: a ação na região é basicamente regida pelo assistencialismo das entidades e pessoas que, ligadas ou não à nova gestão da União dos Moradores, realizam atividades na região. Como o indivíduo aparece como sujeito da

19 Este termo apareceu em reunião do Grupo de Estudos Sobre Lefebvre, realizado no LABUR, quando a estudante Luiza Gomyde comentava os efeitos da subsunção formal do trabalho.

20 O hip hop introduz aqui a discussão sobre o papel da arte na constituição de um pensamento efetivamente crítico sobre a realidade na qual o sujeito se insere, como se insere, e suas possibilidades frente aos desafios de viver num contexto de violência estrutural. Arte que se constitui como *práxis* e *poiésis* (Lefebvre, 2009), a arte de viver a cidade como obra.

transformação e da *possibilidade*, torna-se também objeto da disputa ideológica, e o assistencialismo pode representar uma dessas facetas.

A Igreja Católica - com doações de comida, roupas e rodas de leitura com as crianças; a Associação Criança Brasil que, com recursos públicos e privados, mantém a creche Recanto da Alegria (espaço que também é utilizado para as missas, catequese e outras atividades da Igreja Católica), a Associação Mãe Peregrina, responsável pela doação do prédio onde se encontra a sede da União dos Moradores e, até breve período, forneceu espaço com computadores para utilização dos moradores, serviço odontológico, aulas de tênis, biblioteca e outras atividades, principalmente voltadas para atendimento das crianças, mas que se encontra desativada hoje; a ONG Eco Futuro na doação da biblioteca; os Computadores do CEC doados num esforço que reuniu o Projeto Casulo, governos federais e municipais; a doação do “campinho” pelo político e moradores de condomínios da região - incluindo o próprio Cidade Jardim - que segundo relatos organizam festas de fim de ano, dia das crianças e etc. Rizek (2016), aponta que há uma constelação de práticas e programas sociais e urbanos que alteram de modo ambíguo as relações entre Estado e Mercado a partir de OS’s, ONG’s, Fundações e etc. Um “novo terreno associativo” que geraria por si um “mundo de indistinções” onde territórios de influência se confundem, fortalecem e anulam, numa perspectiva sintética, sob a *forma* do Estado.

A doação do campinho pelo vereador é uma das questões mais paradigmáticas de como o assistencialismo pode se transformar em moeda de troca: é claro que o objetivo com a doação foi obter votos. Não que um campinho não seja aproveitado e que não tenha uso, porém os motivos da sua doação não emergem num contexto de “pureza de intenções”. Assim também não o é quando os moradores dos condomínios da região realizam projetos sociais ali: o objetivo, ligado às lógicas de adestramento, pode transparecer uma necessidade de “política da boa vizinhança” para manter os vizinhos favelados sob controle. Interpretamos aqui esse contexto como o “soft power” que acontece ao mesmo tempo que seu braço “hard”, nos conteúdos do *surveillance*.

Tal formato de agir - sempre de fora para dentro - onde tentativas autônomas não “pegam”, ou pelo menos não tem apoio massivo da população, pode dialogar com o momento de transformação da mentalidade dos movimentos sociais presentes na periferia, mais especificamente nos anos 1990, segundo FELTRAN (2005):

“Trabalho com a hipótese de que a expansão neoliberal dos anos 90 e a profunda adesão a ela, nos mais diversos segmentos sociais, mais do que portar uma

nova matriz discursiva que disputa significados na esfera pública, nos campos políticos societários, pelas suas características e pelas formas que faz essa disputa, contribuiu muito para o encolhimento deles. Desmanchando grande parte do terreno em que circulavam os discursos que embasavam as lutas das classes populares, o período recente produziu (até por reforçar a forte cultura privatista que caracteriza o país há tempos), em pouco tempo, um quase aniquilamento não apenas da validade das matrizes discursivas presentes até então, mas de todo um campo discursivo e público, portanto político, na sociedade brasileira.” (FELTRAN, 2005, p.215)

Feltran (2005) indica que os moradores das favelas de São Paulo foram submetidos a uma exclusão profunda nos anos 1990 não somente por sua situação socioeconômica já crítica, mas também porque sua função política estava sendo sistematicamente anulada por uma série de fatores: a violência, ausência de expectativa e esperança (desmonte da utopia - ou um *desvio* da utopia?). Também aponta para o fato de que o trabalho pastoral católico de base - principalmente aquele ligado à Teologia da Libertação - não tem a mesma inserção de outrora, predominando agora a Teologia da Prosperidade das igrejas neopentecostais que se proliferam cada vez mais nas periferias dos grandes centros (no censo de 2010 apresentaram-se como evangélicos cerca de 22% da população, um diferencial de 7% [IBGE, 2010]), e ainda enfatiza que esse aumento está ligado ao fenômeno da ascensão da “nova classe média”. A Teologia da Prosperidade, ao contrário das doutrinas cristãs mais conservadoras, não é anticonsumo e prega que o sucesso pessoal, econômico e social, deve ser alcançado individualmente, pelo trabalho - enquanto que a Teologia da Libertação realoca para o centro de suas discussões religiosas o lugar do pobre e suas perspectivas coletivas diante de uma sociedade profundamente desigual.

A atuação dos partidos de esquerda nas periferias, representados por Feltran pelo Partido dos Trabalhadores (PT), também diminui muito com essa virada que, paradoxalmente, antecede a chegada do partido ao poder em 2002.

Dialogando com os “moradores de sucesso” do Panorama, nota-se a presença do individualismo como meio de “mudança de vida” em contraste com a tradicional solidariedade difundida no senso comum, através de mutirões e ajuda mútua, que predominavam nas lógicas anteriores. Os relatos de campo indicam que em algum momento houve uma inversão da média religiosa na região: a população que era católica passou a ser evangélica e inclusive há uma filial da Assembléia de Deus ao lado da sede da União dos Moradores .

O “cansaço” com as formas de organização política é identificado pelos indivíduos jovens das localidades que já cresceram “sob o desânimo e a racionalidade instrumental típicas do período neoliberal, e não se envolvem tanto quanto antes” (FELTRAN, 2005,

p.264) - trata-se de um “*contralevante*”, que em suma, desacreditado de qualquer projeto e possibilidade que não seja por meio do sucesso individual, acaba por agir de encontro aos interesses das projeções virtuais - *e utópicas* - perversas que dominam o espectro político atualmente. Percebe-se então que o poder está sempre dialogando com a lógica da utopia e da projeção de virtualidades que não necessariamente tem seu embasamento na realidade material - a questão é como subverter essa lógica que já emerge na contra mão da efetivação do urbano como o lugar da realização do direito à cidade.

Bombardeado por representações intrincadas e complexas, o indivíduo que se defronta a “produção espetacularizada e mitificada das imagens” (RIZEK 2016, p.21) se torna alienado da sua própria realidade – o que consiste num dos aspectos identificados por Dardot e Larval (2016) como uma espécie de *racionalidade neoliberal*. Dessa forma a dimensão do sensível é permeada pela relação contraditória do indivíduo com a propriedade - especialmente sua relação direta de beneficiamento ou depreciação em relação ao shopping, deixando de lado uma concepção de “comunidade” que permita uma relação coletiva com o espaço, e portanto também com as “ameaças” que, violentas, aparecem simbolizadas na Polícia, nos guardas terceirizados do complexo, e na “corda bamba” em relação à permanência – o que causa alterações profundas na vida, no cotidiano, e gerando um clima de desconfiança entre os próprios moradores.

4.2 DA METAMORFOSE PARA A LÓGICA DA PROPRIEDADE E O QUARTO SETOR

Nesta sessão pretendemos concluir a análise da presença-ausência do Estado num contexto de exceção, tentando articular a partir do contexto vivido pelos moradores entrevistados e das observações de campo, o que supomos ser a metamorfose desse ator e seu desdobramento no que se refere o público e o privado - a partir do que identificamos como possíveis atores que assumem sua forma.

O espaço da favela como “área verde” na maquete presente na inauguração do Shopping - como mostra a reportagem de Sampaio (2006), que narra o contexto da inauguração do Complexo Cidade Jardim em 24 de maio de 2006, onde moradores da favela e ativistas protestavam para “mostrar que a favela existe” (figuras 17, 18 e 19) - e frequentemente presente nas entrevistas como “aquilo que a JHSF pretende fazer com o espaço” é fruto de uma articulação da prefeitura que transformou quase toda a área ocupada

pela favela em ZEIS-3, onde uma das exceções para não construir habitações de interesse social (HIS) é a de construção de “área verde” para preservação. É obra do *planejamento*.



Figuras 17, 18 e 19. Protesto - A qualidade das fotos não permite redimensionar. Fonte: Iberê Thenório.

Para impedir que a JHSF simplesmente retire as pessoas - através da compra “por fora” dos barracos - a transformação em ZEIS impede que o local possa ser utilizado para a construção de mais torres. Trata-se de uma ferramenta do estado para mediar a incorporação dos espaços à lógica do capital. Porém não é necessariamente um ato de “caridade” ou proteção, já que o financiamento das habitações de interesse social na região se encontra nas mãos de uma Parceria Público Privada (PPP) onde um investidor potencial é a própria JHSF. Podemos pensar que o Estado, enquanto provedor de investimentos básicos, amparado pela constituição (a emenda n.25, de 2000, alterou o artigo 6º da constituição federal, garantindo a moradia como um direito humano fundamental e imediato), não cumprindo seu papel, desloca a responsabilidade do investimento para a garantia da moradia diretamente para as mãos do setor privado que se interessa nas isenções fiscais e facilidades que podem obter com a troca -

este último que, sob a forma de Estado, realiza o papel que lhe cabe enquanto produtor do espaço, conduzindo a urbanização. Uma privatização do interesse do Estado.

Trata-se de uma política que inclusive tem se tornado cada vez mais comum na cidade de São Paulo. Só na proximidade do Shopping, a praça Senador Auro Soares de Moura é administrada pela incorporadora JHSF. A creche Recanto da Alegria Núcleo I, presente na comunidade, é fruto de uma Parceria Público Privada com a entidade não governamental Criança Brasil - onde os fundos da prefeitura são repassados para a organização privada. Se antes o Estado tinha de lidar - à sua maneira - com a população não incorporada ou proletarizada nas lógicas de produção, agora ele devolve a responsabilidade ao setor privado que vê uma oportunidade para o lucro, garantindo influência política (*lobby*), contratos seguros e duradouros e até mesmo exclusividade na exploração daquele serviço. Estamos diante de uma dinâmica espacial em que o setor privado (aqui representando ONGs, igrejas e etc) assume a *forma* de Estado produzindo e organizando o espaço a partir dos seus interesses intermediados pela insuficiência do Estado em determinado setor. No caso, mitigar ou até mesmo reduzir o déficit habitacional na cidade de São Paulo.

Outro ator que emerge com toda a força é o crime organizado, ou como é relatado nas entrevistas, o *Quarto Setor*. Feltran (2005) classifica-o como um dos atores responsáveis pelo clima de insegurança que, entre outras determinações, acaba por impedir as formas de organização coletivas e que contribui para o distanciamento do jovem de uma saída além daquela permeada pela lógica da propriedade privada, onde para “ter acesso à cidade” é preciso *consumir* a cidade como se esta fosse uma mercadoria, ou através da vida no crime.

Biondi (2009), que ao estudar profundamente as raízes do *Quarto Setor*, demonstra que o ideal e lema da organização, que evoca “Paz, Justiça e Liberdade”, onde os cargos rotativos entre os *irmãos* da facção, bem como o rígido regrário moral e ético para com as responsabilidades na organização da comunidade, presídio ou da organização em si, foram responsáveis por um corte e diminuição significativa na violência em todos os locais que se faz presente, sendo a criação da entidade como a demarcação do fim de uma época em que imperava a “guerra de todos contra todos”, onde era “cada um por si” e “o mais forte vence”, com ideais fortemente findados no compartilhamento da situação de cárcere e de transgressor da lei (p.49).

O corte na violência se dá através do monopólio e da dominação dos pontos de tráfico, da própria violência enquanto força e do controle na comunidade em que está inserido (seja

presídio, favela, subúrbio, etc). Ainda segundo Biondi (2009), baseando-se em dados de investigações da polícia, a organização criminosa dividiu o Estado de São Paulo em regiões e atribuiu comandantes para cada uma delas para que apliquem a *disciplina do comando*.

A expressão “disciplina do comando” foi uma das primeiras frases que ouvi em entrevista que cita o Quarto Setor. Segundo alguns entrevistados que se definiam apenas como “quem segue a disciplina” da organização sem necessariamente fazer parte, a chegada do Quarto Setor em meados de 2011-2012 trouxe “*paz para a comunidade*”, uma vez que assaltos, assassinatos e violência em geral diminuíram a ponto de se extinguir. Um relato ainda mais curioso começa com a ineficiência da polícia em encontrar os culpados pelo roubo de dois computadores na creche da comunidade. Quando a creche decidiu “chamar os meninos do Quarto Setor”, a resposta foi imediata:

“Eles passaram o extintor de incêndio pelo chão para marcar as pegadas de quem possivelmente invadiu a creche. Pelas pegadas descobriram os tênis. Pelos tênis puderam ‘pesquisar’ na comunidade quem tinha aqueles modelos. Encontrando os modelos, foi fácil, era só descobrir os responsáveis. Logo descobriram e devolveram os computadores, no tempo de um ou dois dias, resolveram tudo. Os meninos parece que tomaram uma lição”, nos conta o entrevistado.

A “disciplina” como um conceito que evoca um código normativo amparado num conceito de relações de poder aponta para como esse novo ator produz uma nova sociabilidade que vai marcar, definitivamente, a vida na favela.

A dupla característica de “fornecedor de insumos básicos” onde o Quarto Setor ‘não deixa nada faltar’ e de “segurança”, no cessar dos conflitos, controle e uma espécie de patrulhamento, já indicam como essas funções, que deviam pertencer ao Estado, estão na verdade sendo postas em prática justamente por aqueles que se constituem territorialmente falando no sentido oposto do poder institucional e normativo, já que são *foras da lei*. Mas dentro de um contexto de exceção, onde o próprio Estado age por fora da lei – amparado contraditoriamente pela própria força de lei garantida na situação que evoca a necessidade da exceção - vale pensar aqui o próprio sentido de fora da lei, se existe um contexto fora da lei, e se na verdade ao assumir a *forma* do Estado, organizando e chegando onde ele não pode chegar, essa não seria inclusive uma estratégia do próprio poder de se perpetuar e reproduzir as lógicas de dominação em outro nível.

Portanto, uma de nossas propostas é pensar como o Quarto Setor pode ser um ator relevante no que se refere à gestão, contenção e até mesmo criação desses novos espaços periféricos e seus conteúdos, possibilitando que outra construção virtual “imposta” sobre a realidade produza seus próprios campos de *possibilidade*, utópicos ou distópicos. Como Telles e Hirata (2007) postulam, a “biqueira²¹” passa a exercer na comunidade um papel de gestão, onde problemas locais são discutidos e resolvidos com frequência. O duplo caráter de promover a gestão da sociabilidade fornecendo insumos e “resolvendo” problemas, seja de segurança ou organizacionais, também acaba sendo uma condição para o próprio negócio da droga. A comunidade vivendo bem e melhor fixa-se no lugar e garante uma rede que pode indicar a própria proteção do negócio. Porém, ao contrário o caso de Telles e Hirata (2007) do traficante local que “cresce” com uma responsabilidade e convívio vicinal com os moradores, como mostraremos a frente, este é um caso de “franqueados”, onde a organização escolhe as lideranças locais. Um outro nível de relação se desenha, portanto, muito mais intrincado com o que ocorre *fora da favela*.

Existem três restaurantes na entrada da favela que atendem a população da região²² e principalmente os funcionários do Complexo que não podem pagar o restaurante por quilo mais barato do Shopping, que custa em média R\$60,00. Também há um lava rápido e um estacionamento operando ao lado do muro que separa a favela do complexo. Há uma padaria cujo dono mora na região do ABC e tem uma rede de padarias em favelas. Dois bares-mercearia, uma quitanda e alguns outros serviços como cabeleireiro. No caso dos restaurantes, só de aluguel do local a média de preço chega a R\$4.000,00, e cada restaurante tem pelo menos três funcionários. O faturamento do estacionamento se aproxima dos R\$10.000,00\mês e o preço do barraco alugado pode chegar a R\$1.500,00. O volume de dinheiro movimentado - que apontamos aqui como um criador de diferencial entre os próprios moradores da favela - convive tranquilamente na favela sob o *governo* do Quarto Setor, sugerindo que existe alguma forma de relacionamento, seja através de pagamento ou não, de convivência mútua, permitindo a existência desse tipo de estabelecimento ali. Telles e Hirata (2007) ainda apontam para uma trama muito complexa e embaralhada nas periferias de São Paulo entre o formal e o informal, o legal e o ilegal e o ilícito. Esse embaralhamento emerge dos restaurantes com os certificados da vigilância sanitária e do bar construído sobre um casebre

21 Posto de venda de drogas

22 Foi durante a construção do complexo que se iniciou o negócio da comida. No artigo de Oliveira (2016), as primeiras alterações na economia local aparecem: a venda de marmitas para os pedreiros, que posteriormente se transforma na proliferação dos pequenos restaurantes com objetivo quase exclusivo de atender os empregados do Complexo.

na parte inferior da favela, emerge da padaria que tem CNPJ e do ponto conhecido como *biqueira*. O ilegal e o legal convivem na proximidade.

É fato também que dois dos entrevistados que trabalham com o mercado informal “vendendo no farol” garantem que boa parte da favela hoje “se vira” assim, vendendo mercadorias em pontos específicos como sinaleiros e metrô. Sem o mercado informal, sem a ilegalidade, a vida efetivamente não poderia se realizar, uma vez que a maior parte da população da favela só é incorporada em trabalhos no setor de serviços, geralmente em cargos terceirizados, que são os primeiros a sofrer com os arrochos salariais e demissões em massa. Sem o ilegal não há movimentação na economia local e a população simplesmente será cortada da já bem reduzida esfera de consumo na qual se insere. A economia gerada na ilegalidade também é uma necessidade²³.

A localização do Quarto Setor no espectro *formal* do Estado no contexto do Panorama se fortalece ainda mais diante de um conjunto articulado de eventos: a União dos Moradores do Jardim Panorama, segundo relatos em muitas entrevistas, cessou suas atividades entre o fim de 2013 e começo de 2014, após um período de turbulência com acusações de fraude dos dois últimos presidentes. É também exatamente o mesmo período em que o antigo líder do tráfico morre numa perseguição policial. Os relatos afirmam que o Quarto Setor chegou com “emissários” da favela vizinha, o Real Parque - que por sua vez estão subordinados a favelas maiores, num sistema de redes - para “ocupar” o assento vazio. A última coincidência é o fato de que a única entidade que permeava a relação de venda dos terrenos e barracos - no mercado informal - para a JHSF incorporadora, é exatamente a União dos Moradores. A relação que pode ser enxergada aqui pode indicar um interesse do Quarto Setor nos negócios de compra e venda entre a JHSF e os moradores.

Bayart (2004) ao estudar o que chama de “criminalização do Estado” aliada a um processo de “privatização do Estado”, onde interesses privados, lícitos (no caso do já conhecido *lobby* e privatização ou concessão de uso que apontamos aqui como uma possível

23 Uma breve referência merece ser feita aqui: a da oposição entre circuito inferior e superior da economia de Milton Santos, mas especificamente de como atividades “ilegais” se inserem na lógica do circuito inferior, devido a enorme quantidade de pessoas que buscam subterfúgio nessas atividades, uma vez que não são incorporadas nas lógicas de produção mais interligadas. “Ao mesmo passo em que se multiplicam as atividades do circuito inferior que envolvem um grau mínimo de organização e de capital, aumenta também a presença de “catadores” de lixo, limpadores de pára-brisas, guardadores de carro, malabaristas, cambistas e etc. Ainda que esse tipo de atividade não compreenda nosso foco específico na realização do atual trabalho – uma vez que atentamos sobretudo aos micro e pequenos estabelecimentos que envolvem um grau mínimo de organização, e não especificamente às atividades realizadas por indivíduos – certamente não deixam de fazer parte do universo do circuito inferior na cidade, sobretudo em função do importante contingente populacional envolvido nas mesmas.” (MONTENEGRO, 2006, p.68).

metamorfose do Estado), ou ilícitos (no caso do tráfico de drogas, mercadorias, pessoas, etc), aponta para uma ligação entre a financeirização da economia e os aspectos globais desse mercado informal numa relação intrínseca (e simbiótica) com o Estado, envolvendo aí processos de suborno, infiltrados, ameaças e até mesmo o seu papel na economia, movimentando imensas quantidades de dinheiro, gerando “empregos” e possibilitando o consumo. Chega a apontar que o dinheiro gerado de forma “ilícita” na Grécia ou Itália é lavado constantemente através dos bancos, mercados de ações e do *setor imobiliário*. Isso nos chama a atenção devido a própria valorização diferencial do espaço da favela que discutiremos mais à frente.

Sendo papel exclusivo da União dos Moradores a venda de terrenos e barracos para o Shopping, a chegada do Quarto Setor coincidir com a interrupção do seu funcionamento pode indicar algumas questões: (i) O Quarto Setor precisa da favela para se reproduzir; e como é perceptível pela fala de diversos moradores, é apenas uma questão de tempo para que o Shopping compre todos os terrenos, desde o início há planos para construir um jardim no local - então “perder” a favela não apareceria como opção viável e (ii) As dinâmicas imobiliárias tendem a avançar para áreas degradadas²⁴, como as favelas, se constituindo como *raridade*; como nos aponta Bayart (2004) pensando a reprodução do crime internacionalmente, o mercado imobiliário pode ser uma fonte de lavagem de dinheiro. As duas opções podem ser, inclusive, catalisadoras uma da outra.

Por tanto, a proposta aqui foi discutir como atores privados legais e atores privados ilegais podem se combinar atuando na *forma* do Estado, substituindo-o ou anulando-o, ambos alinhados às lógicas de produção e reprodução do espaço atuais, dentro do contexto de expansão de novas centralidades, ressignificando a partir de si o atual contexto de urbanização da metrópole de São Paulo. “Forma e conteúdo separados são fugas da presença.” (Lefebvre, 2006, p.282). Dentro do jogo das representações, estas tendem a engolir a presença, de onde emerge a alienação do vivido²⁴. O que pode apontar para o problema da identidade dos moradores com o espaço, da identificação dos sujeitos da urbanização e como eles emergem (sob que *forma*), e da própria ausência de propostas coletivas na região.

O reconhecimento do Estado num contexto de Exceção, de criminalização dos pobres, se constituindo como um paradigma definido pela ilegalidade do próprio estado, permite discutirmos então se há efetivamente um padrão normativo que em vigência possa

24 Não alienação do vivido no sentido que as pessoas *não sentem, não vivem ou não percebem* as situações em que vivem. Mas sim que a partir dessa lógica o mundo das representações passa a confundi-las.

produzir atores que sejam “foras da lei”, ou se na verdade tais atores estão na forma deste Estado por excelência.

“Esse complexo²⁵ reproduz e propaga relações e formas de governo privadas, formas de negócios que, sob a aparência de públicos, se arrastam e constituem sua sobrevivência em negociatas permanentes, atravessando as linhas de separação entre legalidades e ilegalismos, em formas de governamentalidade que atravessam o Estado e seu aparato se estendendo por suas margens territoriais e institucionais, formas de governo tentaculares que escapam dos limites pré-definidos em direção à constituição de um social revisitado, um social que deixa de ser pressuposto e se constitui em produção e reprodução permanentes.” (RIZEK, 2016, p.14)

O sujeito morador da favela do Panorama que se encontra no meio desse furacão de territorialidades, representações e atores, é fragilizado pelo conjunto de estratégias de dominação, consolidando o acesso à cidade apenas por meio da propriedade privada, que ao invés de se constituir na negativa desse projeto de urbanização, apenas o reafirma na negativa do *direito à cidade*.

5. HIERARQUIZAÇÃO DOS LUGARES, TERRITORIALIZAÇÃO E O ESPAÇO ENQUANTO RARIDADE

5.1 AS NOVAS CENTRALIDADES E NOVAS PERIFERIAS

Forma-se aqui uma paisagem produzida por diversos atores que confundem-se na intrincada e complexa trama: o Complexo Cidade Jardim, que transforma toda a realidade e morfologia urbana da região, alterando aspectos da vivência e criando novas formas de se relacionar com o espaço - formas muito mais *caras* - decidindo por exemplo por *quem* a área é frequentada; o setor público, ou o Estado, que aparecem de forma a garantir bens comuns como revitalização do bairro, acesso à marginal, pontos de ônibus, serviços de saneamento e policiamento, formando o *background* que permite e efetiva essa realidade; o Quarto Setor atuando na “governança” e ressignificando a vida da comunidade e por último os próprios moradores que são afetados por todos os lados e também produzem uma sociabilidade que, permeada pelas mudanças de lógica na periferia apontadas por Feltran (2005), cria um clima de insegurança e desconfiança.

25 “Também pode não ser novidade a promiscuidade entre negócios e Estado, entre o governo pelos negócios e sua gestão ou, antes, a existência de um **complexo** de relações estado/empresas/mercados intrinsecamente acoplados uns aos outros. Tal complexo impossível de ser reduzido às formas clássicas de corrupção ou ao insidioso patrimonialismo à brasileira, faz negócios através do Estado e governa por meio das empresas”. (RIZEK, 2016, p.14)

O complexo passa a ditar as formas de convivência de maneira contraditória: quem pode ou não frequentar o espaço²⁶, gerando oportunidades de trabalho que orbitam os serviços básicos que emergem da necessidade, como os restaurantes, terceirizados (limpeza, segurança, etc); e acabando (também) com outras oportunidades de trabalho uma vez que pequenos empreendimentos passam a competir com o pólo representado pelo shopping; repressão e violência, a ameaça de sofrer despejos e reintegrações de posse, o policiamento que passa a ter os moradores como alvo e a pressão da vigilância na figura das câmeras, muros, guaritas e guardas, que paradoxalmente também diminui a violência policial que teme *o registo*. Trata-se de uma paisagem complexa que evidencia uma nova tendência de hierarquização dos lugares dentro da metrópole.

Carlos (2007) aponta para a atualidade de uma dinâmica espacial das atividades econômicas em alta que incluem descentralização industrial e o fortalecimento do setor de escritórios - onde as principais empresas, muitas vezes globalizadas, mantêm seus centros de atividades - contribuindo o pleno desenvolvimento do setor financeiro, como elucidamos no ponto 6.3. Tal setor atrai demandas de hotelaria, lazer e eventos - muitas vezes combinados em apenas um empreendimento, como a JHSF define o Complexo Cidade Jardim: *o primeiro empreendimento de uso misto da cidade de São Paulo*.

Nesse contexto a morfologia urbana, no plano da *forma* e da *função* (Lefebvre, 2009) se altera por dois lados: primeiro que o espaço que abrigará essas demandas em expansão precisa ser criado - prédios inteligentes, shopping centers - em suma com suas demandas do Estado, como já citado saneamento básico, energia, segurança, etc; segundo que as dinâmicas de divisão do trabalho se alteram profundamente - uma vez que a instalação de um complexo de alta tecnologia tende a valorizar a área de forma diferencial, atraindo serviços de igual patamar que tendem a valorizar ainda mais num processo que se retroalimenta. A valorização imobiliária cria uma realidade de impossibilidade de permanência para os antigos moradores - que além do assédio do mercado imobiliário, passam a conviver com serviços que não estão na sua alçada - o que no caso do Panorama ainda revela uma outra dimensão: a dimensão da necessidade de permear a relação com a moradia pela propriedade privada da terra, com obtenção do título de propriedade, para sair da clandestinidade legal e poder obter o reconhecimento diante da ameaça, *para poder existir*. Traçando aqui o paralelo final com os

²⁶ Lembremos que o Shopping, sendo um espaço efetivamente privado, emerge num contexto de confusão entre espaço público e privado, já que contém os signos do encontro e da privação, como apresenta Lemos (1992), mas ao mesmo tempo que a entrada no espaço é “livre”, os bens de consumo que existem ali selecionam quem pode ou não consumir no local.

protestos que ocorreram no lançamento do complexo e demonstrando a amplitude da situação: os próprios moradores, sem o título da terra, vivem numa situação tão frágil, que apenas a garantia legal, do ponto de vista normativo, garante sua existência e direitos frente o avanço do mercado imobiliário.

Essas transformações na forma e função geram ‘novas centralidades’, que passam a ser circuladas também por uma espécie de *periferia* no seu sentido conceitual: a associação à marginalidade, segregação, ausência de bens e serviços, ausência-presença do estado e violência. Os indesejáveis.

Porém, como evidenciado em diversas falas dos moradores, o conceito de “valorização” que emerge do senso comum aponta para uma dimensão do campo *sensível*, onde a ideia de valorização imobiliária atua nos espaços públicos e privados regularizados, mas como forma residual precipita-se através do discurso comum a *ideia* de que os terrenos dentro da favela, mesmo que ocupados em processo de usucapião ou de posse da prefeitura, “valorizam-se”. Uso “valorização” entre aspas, porque a evidência é que ocorre efetivamente o contrário, a hierarquização dos lugares apontada aqui valoriza os espaços de forma diferencial: o que se confirma com o diferencial de investimentos do Estado e da forma do Estado em si, que em um garante a infraestrutura básica possibilitando a realização do capital e a produção do espaço como mercadoria, na outra aparece na presença-ausência, sob a forma da polícia, do Quarto Setor e do espaço degradado e subutilizado como estratégia que, sendo raridade, é predado pelo mercado.

Com a chegada do shopping ocorre um aumento significativo dos preços de aluguel dos barracos e casas de alvenaria, mesmo fora do mercado formal, o que evidencia que mesmo que os valores de venda de terreno apareçam altos, ainda assim se localizam abaixo dos preços de mercado. Tais preços, como evidenciado em campo por Ronaldo e José²⁷, sofrem uma alta que não acompanha de forma equivalente os preços de mercado e de tabela, chegando próximo de R\$800,00 dependendo do número de cômodos, e nos processos de venda, alguns terrenos chegaram a R\$250.000,00, segundo os relatos de campo. A relação aqui investigada também se consolida na contradição explícita que se revela na fala de Francisco no primeiro campo “*O chão em que vivemos vale ouro enquanto nossa mistura é ovo.*” Outra hipótese é como a organização e a governança estão nas mãos do Quarto Setor, é possível que o controle dos preços também esteja na sua alcada.

Essa “valorização” atrai outros atributos para a região: em todos os campos as

²⁷ Ronaldo chegou na favela há pouco tempo e estava, até o momento da entrevista, procurando emprego fixo.

palavras “valorização” e “oportunidades” aparecem relacionadas, indicando que o aparecimento do Complexo cria uma espécie de “órbita” de oportunidades onde circulam serviços como restaurantes, estacionamentos, lava rápidos, oficinas e ambulantes; que com exceção do último caso onde a relação de trabalho depende muito mais do indivíduo (insistência na venda) do que da demanda (carros parados em sinais na região), todas as outras formas de trabalho passam a fortalecer a concentração de renda, como já analisamos aqui, criando uma diferença de renda cuja média é puxada pelos *outliers*. Tendo em vista que a chegada do shopping estrangula outros empreendimentos na região, que a maioria dos trabalhadores empregados hoje estão no setor de serviços (o mais frágil num contexto de crise, já que as relações de trabalho em suma são terceirizadas e mais fragilizadas), e que o próprio acesso ao Shopping é reduzido quando não inexistente, criando um espaço imenso de privação, a chegada do Shopping gerar “oportunidades” não se atesta como uma verdade para todos os moradores da favela.

Ainda assim tais atributos contribuem para uma concentração de renda dentro da própria favela e gerando um diferencial de opinião entre os próprios moradores: questão evidenciada claramente no contraste presente nas falas dos donos de serviços que “*Não querem que o Shopping compre os terrenos e preferem que a favela continue como é*” e dos moradores regulares que não estão em posição privilegiada (se é que é possível falar de privilégio dentro desse contexto) que “*A maioria do povo só quer ganhar uma graninha com o Shopping, comprar um carro, fazer um puxadinho em outro lugar, melhorar de vida*”. Essas novas relações de centro-periferia, num contexto de novas e dinâmicas centralidades, produzem então esses conteúdos contraditórios e complexos, permeados por diversas matizes de pensamento.

Essa paisagem complexa sintetiza a forma da urbanização brasileira atual: atores globais e financeirizados coexistem com a pobreza e marginalidade no mesmo espaço enquanto predam como “grileiros” das fronteiras urbanas que ainda restam nas grandes cidades, criando zonas que, assim como no correspondente do campo, são marcadas pela violência.

5.2 TERRITÓRIOS-RESERVA NA HIERARQUIA DOS LUGARES E TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Tais espaços que no jogo da hierarquização dos lugares se “desvalorizam”, emergem como possibilidade futura de investimento para o mercado, aparecem aqui como “territórios-

reserva” de Robira (2006). A particularidade nesse caso é que ela ocorre num contexto de novas centralidades que, como mostramos aqui, também produzem “novas periferias” que não estão mais no sentido clássico “geométrico”, mas também se constituem móveis e fragmentadas no espaço, o que dinamiza a reprodução desses territórios alinhada com a constituição do espaço enquanto raridade na metrópole. Santos (2006) indica que a liberação desses territórios para a incorporação ao mercado pressupõe um processo de aniquilação e conteúdos sociais, fato que é localizado no verdadeiro processo de estrangulamento vivido pela população do panorama frente ao avanço da compra de barracos, surveillance, militarização do espaço na forma do policiamento ostensivo e do conflito interno entre os moradores que emerge do diferencial sócio-econômico e ideológico.

O estado então, numa relação de dependência com o capital, ainda na sua forma do policiamento ostensivo e de monopólio da força, acaba por desempenhar o papel fundamental de remoção das populações que ali vivem: degradação “deixando de lado” os investimentos em infraestrutura fortalecendo a desvalorização e criando ali um espaço que necessita de uma nova rodada de investimentos, e no mecanismo denominado Operações Urbanas, como a Operação Urbana Faria Lima (OUFL), que possibilitam a entrada de investimentos privados na requalificação e ressignificação dos espaços degradados (Santos, 2006), bem como “articular novas alternativas e estratégias de negociação que, muitas vezes, viabilizam por completo a obra sem deixar desvantagens, ou normalmente sendo ainda mais atrativo para o mercado financeiro” (p.118). A JHSF ainda utilizou o apoio do Estado no investimento necessário para a construção da sua própria infraestrutura privada, “capitalizando” e “privatizando” recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), ao todo sendo R\$ 72 milhões do total de R\$250 milhões utilizados no início da obra, confirmando a relação simbiótica entre os interesses privados e o Estado.

A *raridade do espaço*, que impulsiona a produção de um “novo espaço”, se concretiza como uma contradição do próprio processo de urbanização que encontra seu limite justamente na propriedade privada que fundamenta sua reprodução. *Raridade*, na oposição da *abundância*. Como a necessidade expansionista dos setores modernos da economia se encontra em contradição com a ausência de espaço desocupado (CARLOS, 2007) - no plano da acumulação:

“o momento atual do processo histórico, a reprodução espacial, com a generalização da urbanização, produz, uma nova contradição: aquela que se refere à diferença entre a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da mancha urbana e sua presente impossibilidade diante da escassez. Isto é, o espaço, enquanto valor, entrou no circuito da troca geral da sociedade

(produção\repartição\distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza, que ao se realizar produziu seu outro se constituindo em raridade.” (CARLOS, 2015, p.29)

O Estado, então, emerge como principal sujeito para resolver essa contradição (CARLOS, 2001). Criando condições para o investimento em determinadas áreas (como o caso da Operação Urbana Faria Lima, da própria intermediação na compra do terreno original da eletropaulo com o aporte do BNDS pela JHSF) e degradando outras para que a área se torne interessante novamente ao mercado.

Por tanto, a partir da localização da função principal da União dos Moradores até seu hiato (em meados de 2014) como sendo a permeação da relação entre a incorporadora JHSF e a população da favela para relações de compra e venda, a partir dos relatos tanto de campo quanto na notícia de Capriglioni (2012), pode-se notar uma tendência a predação do espaço que se traduz como necessária, ou até mesmo inevitável, “apenas uma questão de tempo”, para o shopping. O hiato das atividades da Associação, indo no sentido contrário, catapultou o processo para uma relação quase anterior: a de negociação individual, lenta, que depende mais amplamente dos processos de usucapião que estão em curso há alguns anos.

Aqui podemos inferir então que a consolidação dessas “novas periferias” pode aparecer como um fenômeno de “estoque” especulativo para predação do mercado imobiliário, como territórios-reserva: uma vez que no plano do sensível a incerteza de permanência domina, a realização da possibilidade de incorporação do terreno se dá no fato de que justamente por ser possível, e mais que isso, provável, o terreno mesmo que incorporado para a construção (não servirá mais para a construção das torres do complexo, mas para produzir um jardim ou moradias de interesse social) emerge como possibilidade de realização do lucro e por tanto como alvo da predação. Assim, o acesso à propriedade privada se reforça e consolida como única maneira de permear a relação do indivíduo com a *possibilidade* de existir e se reafirmar, uma vez que para que o sujeito morador da favela possa garantir sua permanência, nem a legislação pode impedir, somente o título da terra pode fazer frente às reintegrações, remanejamento de população e até mesmo a possibilidade de negociar o terreno com segurança.

Outra novidade é o papel do Quarto Setor nessa dinâmica de expansão imobiliária. Dentro das hipóteses (i) e (ii) apontadas na seção 4.2, onde o mercado imobiliário pode aparecer como fonte de lavagem de dinheiro e a existência do crime organizado depende das localidades “deterioradas” para se reproduzir, esse ator aparece como fundamental para pensar a noção de território-reservas. Com a sua presença, podem se alterar profundamente as

relações sociais, comunitárias e até mesmo econômicas e mercadológicas, produzindo aqui uma territorialização que, mesmo que dentro dos processos de urbanização se coloque num contexto inserido na lógica do Estado de Exceção que suspende a diferença entre legal e ilegal, se constitui como mais complexa do que parece. O Quarto Setor “retardando” a incorporação do terreno da favela pode estar atuando na forma do Estado que cria as condições necessárias para a incorporação com a máxima quantidade de lucro possível, na maior eficiência possível, em total sincronia com as necessidades do mercado financeiro global.

Porém não se trata de pensar que esses territórios em conflito, que na aparência se mostram antagônicos, se anulam ou lutam necessariamente entre si. Sendo a base para a incorporação do terreno original do shopping garantida pelo Estado, o território do complexo se confunde com o território sob a lógica do Estado; devido a normatização da região da favela como ZEIS-3, essa territorialização que emerge aparentemente como “forma protetora” da favela pelo Estado, diante do avanço do complexo, na verdade institui em si mesma a salvaguarda da “retirada” de toda a população para a construção da “área verde” já presente na maquete de expansão do shopping, ou reforça a possibilidade para que a construção de Habitação de Interesse Social seja repassada para a iniciativa privada; as ONG’s e fundações que atuam “na margem” do Estado, se apresentam tanto como a *forma* do próprio Estado, quanto na *forma* do poder financeiro; o território do “governo” do Quarto Setor garante a ordem social que também é interesse do Estado e do Complexo Cidade Jardim, e ainda reproduz as dinâmicas imobiliárias em menor escala dentro da favela. Atores que parecem antagônicos se confundem na produção das suas territorialidades. Conflito, *mas nem tanto*. Tratam-se de complementaridades.

“As noções de indeterminação, indecidibilidade, indistinção e, por outro lado, as dimensões produtivas das formas de poder e de governo, das formas de gestão das linhas que se afirmam e se esgarçam na tensão entre legalidades e ilegalismos ganham aqui o solo da exceção que se combina não com o enfraquecimento do Estado em suas versões contemporâneas, mas com um fazer do Estado de suas margens²⁸, em novos modos de governo.” (Rizek, 2016, p.13).

No meio desse imbróglio de representações onde o concebido suprime o vivido e produz a alienação, se confirma a forma do status quo no paradigma atual do Estado de Exceção, tornando-se evidente que um projeto que priorize o direito à cidade enquanto utopia não aparece como tendência dominante - e em alguns casos nem como alternativa no campo

28 “Cf Das, V. E Poole, D. *Anthropology in the Margins of the State*, (Santa Fe: School of American Research Press, 2004)” (In Rizek [2016]).

da *possibilidade* - já que o que efetiva-se na realidade, na negativa da cidade de uma sociedade urbana (Lefebvre, 2009), da cidade que contenha os signos do encontro, da vida, é exatamente a distopia como a total perversão do campo da *possibilidade*, como um *desvio* da utopia. Mas como discutimos aqui, a presença se realiza mesmo na ausência. É preciso, no entanto, estar atento às formas em que a presença da *utopia* emerge, e em quais contextos e modos de apropriação..

6. O DIREITO À CIDADE REVISITADO

6.1 A VIOLÊNCIA DO\NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DIAGNÓSTICO SENSÍVEL DA NEGATIVA AO DIREITO À CIDADE

Observamos até agora o estrangulamento da população da favela frente ao contexto de expansão do mercado imobiliário alinhado às lógicas que, amparadas no Estado de Exceção, impõe estratégias de controle e dominação que confundem-se entre si produzindo uma urbanização dotada de conteúdos contraditórios. Utilizamos para chegar nesse ponto a articulação entre teoria e observações de campo, tentando reconstruir a imagem da interface que se desenha na relação do complexo com a favela, e descobrimos novos atores nesse processo. Percebemos então, o indicativo de que a relação do indivíduo com a propriedade privada emerge como única possibilidade do sujeito se relacionar e ser reconhecido na metrópole.

Porém até agora apenas alçamos alguns aspectos sensíveis da violência sofrida pela população da favela através de pontos específicos, como a violência policial, o descaso sistemático pela presença-ausência do Estado, a presença do crime organizado na dimensão do controle e etc. Porém existem outros aspectos que tem origem no cerne do processo de produção e reprodução do espaço que contém contradições fundamentais. Sampaio (2011 estudando a região do Morumbi, aponta:

“É nesse trecho - que acompanha a Marginal do Rio Pinheiros até a ponte do Morumbi - e não em qualquer outro do distrito, que encontramos mais visivelmente escancaradas as contradições fundamentais (fundamento e produto) dos processos de produção e reprodução capitalista do espaço urbano, ainda que seja preciso a todo custo, segundo a racionalidade desses processos, velar tais contradições e realizar pelo discurso e pelo conhecimento fetichizados e fetichizantes a compreensão dessas formas como aquilo que elas não são: expressão de diferenças sem relação, de oposições que se constituem sem necessariamente se determinar, ou seja não contradições (...) Ao considerar essa área, compondo artificialmente uma unidade que serve à pesquisa, estamos colocando foco no imbricamento das consequências inevitáveis da lógica do processo de urbanização - derivada da lógica capitalista -, e que não só pressupõe, mas é reproduutora de desigualdades sociais, que se realizam por sua vez como desigualdades espaciais, e que nesse lugar especificamente se

materializa (e por isso mesmo choca) com tamanha proximidade.” (Sampaio (2011 p.43)

Como a morfologia urbana se altera com a chegada do Cidade Jardim, e uma nova dinâmica se instaura nesse recorte urbano, transparecem aqui os elementos da privação evidenciando a desigualdade sob a perspectiva estrutural e estruturante do processo de urbanização: o muro que passa a cercar a favela; as guaritas que se alongam pela marginal e na fronteira favela-complexo; guardas que patrulham incessantemente as redondezas, a faixa transicional nos “vazios urbanos” que na parte superior da favela indica a passagem de uma área pobre à uma área rica; a ausência de saneamento básico na parte inferior da favela, etc.

A alteração morfológica da região, empreendida pela chegada do Complexo que se constitui como ponta de lança dos novos conteúdos do processo de produção e reprodução do espaço, aliada às alterações da Operação Faria Lima, são a base que permitirá a incorporação da marginal, nesse movimento, ao espaço contínuo e interno da metrópole, alimentando a homogeneização do espaço ao mesmo tempo que destrói convivências vicinais e sociabilidades comuns da região. Promove, então, o *estranhamento*, no sentido de que tanto a paisagem urbana quanto as relações sociais e comunitárias se alteram e se tornam *estranhas* à população. Como observa Sampaio (2011), tais conteúdos estão intrinsecamente ligados ao urbanismo estatista, ou o planejamento urbano (p.62), que se constituem aqui numa relação simbiótica com os atores privados sob o Estado de Exceção. Apesar do planejamento urbano não se constituir como um aspecto totalmente negativo em si, uma vez que efetivamente alguns problemas de acessibilidade podem ser resolvidos à sua luz, é preciso pensá-lo aqui do ponto de vista conceitual, tentando evidenciar suas contradições, sua origem e consolidação, aspectos que derivam para um contexto em que se constitui uma ideologia urbanista que emerge como solução para todos os problemas estabelecidos pelo aparente “caos” da urbanização. Caos este que, com origem no próprio planejamento do estado em conjunto com a lógica perversa da urbanização sob o capitalismo é na verdade um projeto e não um acidente de percurso “esperando” para ser corrigido.

O urbanismo, como observa LEFEBVRE (2008 p. 137):

“Ela (a prática urbana) não aparece para nós exatamente como aparece para si própria: ao mesmo tempo arte e ciência, técnica e conhecimento. É esse caráter unitário que encerra, precisamente, a ilusão. De fato o urbanismo, visto de perto, dissocia-se. Existem diversos urbanismos, o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas. Os primeiros propõe utopias abstratas; os segundos vendem urbanismo, ou seja, felicidade, “estilo de vida”, “status”; quanto aos últimos, sua atividade, assim como a do Estado, dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias. As pressões simultaneamente exercidas pelos dois aspectos do urbanismo estatista em nada lhe conferem o caráter unitário e a organização coerente que ele próprio se atribui.

Poder-se-á objetar: “sem os urbanistas seria o caos”. Ora, exatamente, é o caos, sob uma ordem imposta. O pensamento urbanístico, na ausência de um método apropriado (dialético), não pôde dominar o duplo processo, altamente complexo e conflitual: industrialização-urbanização”.

Alguns aspectos chamam a atenção: do urbanismo dos promotores imobiliários que promete “estilo de vida” e “status”. A notícia da revista Istoé (2010) evidencia como o que é vendido nessas novas lógicas de produção e reprodução do espaço na verdade vai além apenas de um “lugar para morar”, mas apresenta no discurso aspectos de uma ideologia que se relaciona com o estilo de vida e status, transformando até a esse aspecto subjetivo em mercadoria. O trecho:

“Além das lojas, a ação dos assaltantes atingiu um verdadeiro modo de vida. O Shopping Cidade Jardim foi construído de olho num especialíssimo nicho de mercado. Ele oferece a famílias abastadas a possibilidade de morar – teoricamente com segurança e privacidade – numa espécie de microcidade exclusiva.”

Esse trecho aparentemente aponta para as duas facetas do urbanismo investigadas por Lefebvre (2008): o fetiche da satisfação, onde a canalização de forças aparecem no sentido de produzir um sentimento de basta necessidades mercadológicas envolvidas na lógica do habitar, e portanto essencialmente negligênci as necessidades sociais; e um fetichismo do espaço: onde “quem cria o espaço cria o que o preenche”. Trata-se de um *negócio* de nicho que se aplica enquanto tendência. Mas como se desenrolam suas consequências num contexto de privação observado na Favela do Panorama?

Trata-se de uma ruptura ou adição de conteúdo no processo de homogeneização do espaço. A poucos passos da “microcidade exclusiva” coexiste um sistema onde os aparelhos do Estado, que no vizinho garantem toda a comodidade, se suprimem e *mudam de forma*. A Favela do Panorama, enclausurada num espaço para onde migram locus de acumulação de capital, aparece como “meio” inserida na lógica do consumo e da mercadoria revelada pelo complexo: apesar de emergirem possibilidades de pequenos negócios, como os restaurantes, a verdadeira *força gravitacional* exercida pelo Cidade Jardim transforma as relações locais - trata-se de um ambiente altamente valorizado, integrado à lógica da circulação e de consumo, mas que, sendo de nicho, segregá em si sua própria fonte de recursos. Em suma, *quem tem acesso?*

O planejamento estadista, servindo aos interesses do capital, além de se constituir como ideologia autoritária, também revela quais aspectos da utopia estatal aparecem no campo da possibilidade para se realizar. Aí reside o conteúdo principal da negativa ao direito à cidade: dentro do processo de urbanização atual, nega-se efetivamente o urbano.

6.2 DO DIAGNÓSTICO AO PROGNÓSTICO: O JARDIM PANORAMA NA PROBLEMÁTICA DO DIREITO À CIDADE

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte (...)" (LEFEBVRE, 2009, p.118)

Se faz necessário, para finalizar essa discussão, voltar ao conceito de direito à cidade enquanto utopia, onde “a cidade e o urbano, em nosso horizonte, se perfilam como objetos virtuais, como projetos de uma reconstituição sintética” (LEFEBVRE, 2009, p.100), o autor propõe aqui em sua “análise espectral” a síntese dos elementos urbanos, dos signos, que se encontram dissociados, inertes, inconsistentes, “como um espetáculo”. A síntese dentro de um movimento dialético não é a mera junção, como somatória, dos termos em contradição: mas evoca em si uma superação da contradição através de uma *mudança de qualidade*. Não se trata de combinar tais signos num espectro analítico e recompor, a partir daí, a cidade e o urbano - uma vez que a cidade *aparece como prática* (p.101). Os *elementos dissociados* se encontram *projetados separadamente*, e se inscrevem na ordem do dia, a partir do nível do indivíduo - visão, tato, audição, inteligência, razão, palavra, discurso - e também nos elementos da vida social (e portanto da consciência “inerte”, no sentido de ainda dormente, do urbano), na reunião, na festa e na cotidianidade. Todos esses aspectos aparecem num estado de virtualidade, num estado também de “presença-ausência”, ou seja, que emergem da contradição e como *possibilidade*. Sob diversas formas – e aqui escolheremos a arte – conteúdos da utopia emergem na negação do *status quo*.

Não falamos, no entanto de *possibilidade* num contexto de aleatoriedade, de *sorte*, mas sim de - a partir da emergência das *necessidades* latentes de criação, segurança, abertura, aventura, organização do trabalho, de informação, de simbolismo - da expressão de perspectivas que abrem o horizonte onde os lugares e tempos na cidade não fossem necessariamente permeados pelo valor de troca, mas sim pela simultaneidade e pelo encontro. Carlos (2016) aponta para a ligação entre a utopia e o *desejo humano*, desejo este de

superação de todas as condições de privação na qual se encontra o indivíduo e que portanto privam o homem de sua humanidade. Lefebvre (2009, p.122) considera que “Cada período e talvez cada geração teve sua representação do melhor dos mundos ou de uma vida nova, parte importante senão essencial das ideologias”, o que pode ser sintomático quando constatamos que a maioria das representações na ficção atualmente - configurando-se inclusive enquanto moda editorial - figura a distopia como a exacerbção futura de um ou mais aspectos presentes no agora. A obra de Miéville da qual emprestamos o termo *(des)ver* é uma delas.

Trata-se de uma questão de como o subjetivo se manifesta tanto nos campos individuais quanto coletivos: no coletivo, portanto, o objeto em si não é determinado no que diz respeito à cidade, onde passado, presente e *possível* não se separam (LEFEBVRE, 2009, p.106). Veja que o autor utiliza aqui *possível* no lugar de *futuro*, porque não se trata de indeterminação, o possível pode ser conhecido, pensado, mas exige novas *démarches*: um novo humanismo²⁹, uma nova práxis, o *homem da sociedade urbana* (p.108). O papel da utopia é central nesse contexto - porque denota que a possibilidade, o vir-a-ser, que aparece inclusive no planejamento urbano e na fabricação de cidades na sua face mais perversa, como Haussman em Paris, ou na construção de Brasília, necessita uma prospecção, um plano, ou um objeto sobreposto à realidade que seja capaz de moldá-la. Mas aí é preciso considerar a contradição fundamental que reside na forma, função e estrutura, que de um lado, a partir do Estado e pelos seus aparelhos, ou pelas corporações, através da ideologia urbanista, totalitária, força sobre a realidade projeções virtuais e espera que assim, como num transplante de órgão, o corpo aceite sem rejeições, efetivando a distopia; e do outro considerar a utopia que emerge a partir da realidade, do que reside na tangencial às lógicas da mercadoria, a partir dos contextos e cotidianidade, contradições essas capazes, então, de produzir a síntese.

A pauperização e marginalização como projetos de sociedade e que submetem a vida de toda a população da favela à formas violentas e sucateadas - e também atuando de forma subjetiva, quase psicológica, quando o sentimento de viver frente à apartamentos que custam milhões de reais, separados pelos muros altos e protegidos por toda uma gama de aparelhos, bem como a incerteza de permanência (o discurso da *corda bamba*) a partir da localização da favela como um *território-reserva*, geram um *mal estar*³⁰ que, melancólico, sempre apresenta

29 Santos (2000, p.160) nos lembra que o “mundo não é formado apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas também pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte)”, quando pensa sobre os processos de globalização, onde as possibilidades para constituir “uma outra globalização” se encontram como *tendência ou promessa de realização*.

30 ““Como é possível, né, a gente mora numa terra rica e a nossa mistura é ovo”, diz Francisco, ao pensar sobre sua vizinhança poderosa.

uma dimensão de retorno ao tempo onde todo o terreno era ocupado, a comunidade era maior, quando não havia a ameaça constante de retirada. Sempre um *outro espaço*, saudosista, como se o complexo representasse um incômodo constante porém inevitável, como se os problemas derivassem apenas do sujeito antagônico à favela, e não da própria urbanização em si. Mas é nesse “outro” que emerge a força fundamental de um sujeito protagonista, pois é ele que efetiva suas demandas.

A classe trabalhadora, cujo papel numa perspectiva histórica age como o “motor político” das demandas que emergem em relação à cidade, se encontra fragilizada. Primeiro que como observamos as noções de classe podem ser entendidas num contexto de abstração e também, como no caso da favela do Jardim Panorama, não são todos ali que se inserem nas lógicas de produção *strictu senso*, muitos só existem na condição de informalidade. *Outra dimensão*, a da alienação frente o *concebido* dominando o *vivido*, no plano das representações, aponta para um distanciamento da própria população com o espaço. Segundo que esse sujeito em suma periférico, pauperizado e relegado a existir apenas permeado pela lógica da propriedade privada, se encontra anulado politicamente sob o Estado de Exceção. Tal dimensão política, institucional ou não, seria responsável pela demonstração das necessidades, dos desejos, que aparecem como *possibilidade*, e portanto, poderiam propor modelos ou proposições de programa ou reforma urbana - sendo esse um papel fundamental na síntese ou reconstrução da centralidade “destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos ‘centros de decisão’” (LEFEBVRE, 2009, p.113). Poderiam.

Aqui entra o objetivo *(ii)*, que dialoga exatamente com o tensionamento desse objeto virtual, seu desvio, transformação e efetivação da distopia também no âmbito do *possível* e do *realizável*. A identificação das novas formas da reprodução do capital no e pelo espaço, dado pela cidade como “canteiro de obras”, e pelos novos atores que assumem a forma do estado e produzem sociabilidades, como os novos empreendimentos de ponta, como o complexo, e o Quarto Setor, juntamente com a estrutura que se reafirma e fortalece sob o capital financeiro, que essa nova lógica propõe sobre a urbanização, revelam signos e conteúdos - estes que apresentam uma versão distópica da cidade. *O planeta favela*. Um objeto virtual e distópico que a partir desses novos conteúdos subverte o urbano com a mesma operação intelectual e metodológica que devia realizá-lo.

Esse papel da classe trabalhadora é o que fundamentalmente diferencia a nostalgia percebida no *mal estar*, que numa perspectiva simples de apenas retorno ao passado se

constitui como retroativa, de uma abertura para novos horizontes e proposições (*possibilidade*), que pode apontar então para a subversão desse processo. Algo desvia-se, mas também ainda tangencia outra perspectiva de mundo.

No trecho de Harvey (2013, p.28) “a liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações.” A dimensão do direito à cidade extrapola a luta pela aquisição de bens e consumo e ataca o cerne da desigualdade manifesta hoje no mundo globalizado e capitalista: o acesso à diferença, o acesso às decisões políticas e sociais, e não apenas como um direito individual mas sim como uma demanda coletiva - todas relações que encontram-se permeadas pela propriedade privada. O direito à cidade é também a necessidade de uma atividade criadora além da produção de mercadoria, que envolve atividades lúdicas e o imaginário humano - como a arte, capaz de, segundo Lefebvre (2009, p.116), restituir o sentido da obra: “’oferecendo múltiplas figuras de tempos e de espaços *apropriados*’”.

O *signo* apresentado aqui pela arte, o da apropriação pelo corpo e pela vontade, pela criação, vive presente na cena hip hop do Jardim Panorama e é o ponto de partida que escolhemos para contrabalancear a efetividade da distopia como inevitabilidade. Para apontar um contexto em que a subversão do urbano pode ser contornada. Através da música, da dança e das artes visuais (como o grafite), se produzem críticas à realidade e demandas efetivas da população da favela, constituindo esse um dos poucos setores de resistência auto-declarada frente às outras formas de apropriação. No símbolo da nova União de Moradores (Associação Canaense do Jardim Panorama) se estampa o rosto de Sabotage - conhecido rapper brasileiro e símbolo da resistência na favela e da cultura negra. A arte então emerge, num contexto de constrangimento total, como um dos resíduos que tangenciam o sentido político do desejo e da *possibilidade* presentes no direito à cidade, porque tem em si a capacidade de “transformar a realidade, de apropriar ao nível mais elevado os dados da “vivência”, do tempo, do espaço, do corpo e do desejo.” (LEFEBVRE, 2009, p.124). Consiste aqui, efetivamente, um esforço que se refere à *démarche* intelectual *transdução* a partir da sua realização num caso limite “limite este que não se situa no infinito, e no entanto é alcançado através de avanços e pulos sucessivos. Impossível instalar-se nele e instaurá-lo como uma realidade acabada. Esta é a característica essencial da *démarche* já antes considerada e denominada “*transdução*”, construção de um objeto virtual aproximado a partir de dados experimentais” (LEFEBVRE, 2009, p.125).

Na forma da apropriação, a arte toma espaços que antes não lhe pertenciam e alça seus sujeitos produtores a um tipo de lógica que, efetivamente, não se realizando pelo tempo do trabalho e da mercadoria³¹, faz frente à difusão da lógica da propriedade privada como única maneira de acesso à cidade - elevando a categoria para o direito à cidade, já que indica a realização da vida e do encontro daquele indivíduo com outros indivíduos, com a formação de uma coletividade. Além desse aspecto, na forma de meio de divulgação a arte é capaz de difundir a crítica à realidade desigual, pode chamar a atenção de outros setores sociais para essa mesma realidade (como a popularização do rap e do hip hop fez, bem como a invasão da arte de rua, o grafite e o “pixo”, questionando os limites da arte de galeria³²). Evocando uma centralidade lúdica, e que portanto nega as lógicas e tempos do trabalho constituindo-se no espectro da diversão, tendo também como implicação restituir o sentido da cidade enquanto obra que emerge também da filosofia. A obra de arte é produzida pelas mãos humanas e não pela máquina autônoma da produção e reprodução do espaço, e portanto também representa o contrário à efemeridade dos espaços homogêneos e de circulação que rasgam o tecido urbano. Arte tornando-se *práxis* e *poiésis* em escala (LEFEBVRE, 2009). O urbano possível que se desenha aqui é sempre constituído pelo inverso do que está efetivamente na realidade. Contendo duplo caráter, presença e ausência, a obra advinda do ato criador pode perpassar o mundo das representações e superá-lo. O vivido atravessando o concebido (Lefebvre, 2006).

Como parte do espectro da apropriação, a arte também revela a dimensão do *uso* em contradição com a *troca*. Essa relação dialética, como aponta Seabra (1996), que não envolve apenas a “natureza exterior” do ser humano “mas também sua natureza interna” (p.74) também é identificada no corpo: espaço primeiro da apropriação. No campo do vivido, escolhido aqui como ponto de partida para a análise, aparece o *uso*, imerso nas particularidades e dos sentidos da existência humana. E tais particularidades podem significar a emergência da identidade, no caso, do negro, do favelado, do periférico, que luta para ser reconhecido como diferente porque traz seus próprios conteúdos, demandas e vivências (implicando nas formas de dar uso ao espaço e ao tempo), mas também como resistência frente o avanço do Estado de Exceção e das suas metamorfoses aqui identificadas nos sujeitos que, de uma forma ou de outra, praticam o controle político, o governo dos corpos, à

31 Cicero (2017) “O pensamento poético opõe-se, portanto, a essas modalidades de pensamento [racionalidade do trabalho]. Tornada possível pelo estado de preguiça fecunda, a relativização das dicotomias reproduz-se no próprio poema. Com efeito, o que pensa no poema é também a sua materialidade linguística: sua sonoridade, seu ritmo, suas rimas, suas aliterações etc., isto é, não apenas os seus significados, mas os seus significantes; e estes não se separam, no poema, daqueles.”. A

32 Vale aqui citar a célebre gravura do poeta curitibano Leminski que traz a inscrição “O Grafite é o limite”.

exterminação da vida. Uma reação de emergência. Subsubvertendo, à passos de formiga, os sentidos da urbanização.

Para finalizar este capítulo, deixamos aqui na íntegra a carta dos moradores do Jardim Panorama (REPÓRTER BRASIL, 2006), lida durante a inauguração do Shopping Cidade Jardim.

“O motivo da manifestação: Aproveitamos este MOMENTO DE FESTA, no dia 24 de maio de 2006, junto ao lançamento oficial do Parque Cidade Jardim, para expressar e esclarecer a opinião da comunidade da Favela Jardim Panorama sobre sua situação atual. O que estamos manifestando? Conhecendo histórias de desapropriação de favelas para a construção de grandes empreendimentos imobiliários e viários, como foi e continua sendo a história do Jardim Edith, do outro lado da Marginal Pinheiros, nós, moradores da Favela Jardim Panorama, localizada do bairro do Morumbi, fazemos este manifesto para DIZER PARA A SOCIEDADE E PARA NOSSOS NOVOS VIZINHOS que somos seres humanos e cidadãos e SABEMOS DOS NOSSOS DIREITOS e vamos lutar para adquirir: urbanização, moradia digna e emprego. Não é de hoje a luta das comunidades mais pobres para permanecer em seu barraco, em sua favela, nas regiões mais centrais da cidade e assim, não serem eternamente excluídas para a periferia onde não há empregos, hospitais, escolas. Não adiantará oferecer R\$5.000,00 para cada barraco do Jardim Panorama, pois sabemos que a nossa terra, a nossa casa e a nossa vida valem muito mais que isso! Também não queremos passagem para voltarmos para os estados de onde viemos. Queremos continuar em nossas casas, onde elas estão há mais de 20 anos! Nossas reivindicações: A nossa comunidade, organizada a partir da Associação de Moradores da Favela Jardim Panorama, reivindica não mais que COLOCAR EM PRÁTICA AS LEIS. Queremos que o Estatuto da Cidade, que garante o direito de todos a uma vida de qualidade em nossas cidades brasileiras, seja cumprido. Queremos que o Plano Diretor da Cidade de São Paulo, que define a área da Favela Jardim Panorama como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), ou seja, local destinado a habitação de interesse social, seja cumprido. Queremos que a Operação Urbana Faria Lima, na qual está determinado que parte de sua arrecadação seja destinada a habitação popular nas favelas Coliseu, Real Parque e Jardim Panorama, seja cumprida. Reivindicamos apenas a PRÁTICA de uma cidade justa, DE DIREITOS IGUAIS A TODOS!” (REPÓRTER BRASIL, 2006)

7. CONCLUSÃO

Essa pesquisa pretendeu localizar a favela do Jardim Panorama na problemática do direito à cidade a partir da identificação dos atores principais que produzem e alteram a sociabilidade, a vida, o acesso à cidade, que se apresentam como conteúdos da privação.

Para isso precisávamos contextualizar o Estado na noção de Presença-Ausência da teoria das representações em Lefebvre (2006), uma vez que se não é o próprio aparato institucional em si do Estado brasileiro que se faz presente na favela mesmo durante sua aparente ausência, através do surveillance, da militarização do espaço, do contexto de exceção que extingue os limites entre legalidade e ilegalidade, é o setor privado, principalmente na imagem da Incorporadora JHSF e do Complexo Cidade Jardim, que sequestra os interesses do Estado como “planejador urbano” e modifica, planeja e normatiza o espaço e a morfologia da região: enchendo o local de muros, guaritas, câmeras e guardas. Para isso contextualizamos a ideia de que a *presença* só se realiza por meio e uma forma. Conteúdo e forma tomados por separados se constituiriam, por tanto, na *ausência*. O que nos revelou uma das dimensões que podem apontar para o fato de que no bombardeamento de imagens espetacularizadas no plano das representações, como uma noção do concebido, produz-se uma alienação do vivido no contexto do panorama.

Um outro ator que emerge como central nesse contexto, e que também atua sob a forma do Estado “governando” a favela, contribuindo para a “deterioração” do território na valorização diferencial produzida pela hierarquização dos territórios no cerne da produção e reprodução do espaço, e sendo um novo produtor de sociabilidade, vivência e morfologia espacial, se constitui como uma das principais proposições desse trabalho: o Quarto Setor, ou o crime organizado. Este que inserido na dinâmica de novas centralidades passa a pôr em jogo seus interesses próprios que (dentro do contexto de exceção) acabam indicando alinhamento com os interesses em geral da urbanização atual. Sendo estes: (i) O Quarto Setor precisa da favela para se reproduzir; e como é perceptível pela fala de diversos moradores, é apenas uma questão de tempo para que o Shopping compre todos os terrenos, desde o início há planos para construir um jardim no local - então “perder” a favela não apareceria como opção viável e (ii) As dinâmicas imobiliárias tendem a avançar para áreas degradadas’, como as

favelas, se constituindo como *raridade*; como nos aponta Bayart (2004) pensando a reprodução do crime internacionalmente, o mercado imobiliário pode ser uma fonte de lavagem de dinheiro (alternativas não excludentes).

Avaliamos também como a hierarquização dos territórios alinhada ao momento em que a periferia e os pobres passam a ser criminalizados *per-se* tem seus efeitos no próprio ambiente da favela criando diferenciais de renda, de opinião, de permanência ou não, relegando o sujeito favelado à negação da realização dos seus direitos por não se inserir completamente nas lógicas de consumo e por ter como horizonte de possibilidade, e de acesso à cidade, apenas a propriedade privada – questão que nos alinha esteticamente à noção de *racionalidade neoliberal* de Dardot e Larval (2016). Fato que abre a discussão acerca do processo violento de urbanização a partir do planejamento urbano e consolida a nossa hipótese de que o que vem ocorrendo é a efetivação de uma realidade distópica na contramão do que deveria ser concebido como *sociedade urbana* para Lefebvre (2009).

Localizamos assim o *lugar* da Favela do Panorama na problemática do direito à cidade como um território-reserva para ativos imobiliários, constituindo-se a partir de um contexto de raridade do espaço na metrópole. Iniciativa privada (JHSF e Quarto Setor), alinhados sob a forma do Estado, atuam de forma a possibilitar que se realizem na área a produção de ativos imobiliários: seja na forma de produção de Habitação Social ou “área verde”, como prevê a legislação de ZEIS-3; seja na *depreciação* do local, possibilitando que o local apareça como interessante para novos investimentos.

O contexto de estrangulamento, violência e total controle, vividos pelo morador da Favela do Panorama, amparado sob a guarda normativa do Estado de Exceção, praticamente tornam qualquer horizonte de *possibilidade* que não seja permeado pela lógica da propriedade privada *uma causa perdida*. Mas na tangente da cidade como um negócio e da lógica da mercadoria, na aparente *ausência*, emerge a arte como *forma* da apropriação e do uso, que no limite ainda resgatam os signos que *subsubvertem* a distopia, apontando que ainda é possível pensar formas de transformação da realidade.

8. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo, Boitempo. 2004. 141p.
- BARDA, M. Boldarini, Marcos. Smith, Pedro. França, Elisabete. Knoll, Fabio. HABISP. *A cidade informal no século XXI*. 2007. 188p. 7 de abril a 9 de maio de 2007.
- BAYART, J.-F. *Le crime transnational et la formation de l'État. Politique Africaine*, Paris, n.93, p.93-194, mars 2004.
- BIONDI, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010, 245p.
- CALDEIRA, Tereza Pires. *Cidades de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.
- CARLOS, A. F. A.; *Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana*. Editora Contexto, 2001. 368p.
- CARLOS, A. F. A.; *A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista*. in CARLOS, A. F. A. CRISE URBANA. São Paulo. Contexto, 2015. p. 25- 35.
- CARLOS, A. F. A.; *O lugar no\do mundo*. SÃO PAULO. FFLCH, 2007, 85p.
- CARLOS, A. F. A.; *EM NOME DA CIDADE (E DA PROPRIEDADE)*. In XIV Colóquio Internacional de Geocrítica: Las utopias y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, Espanha. 2-7 de maio de 2016.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf)>
- DAVIS, M., *Planeta Favela*. Boitempo Editorial. São Paulo. 2006. 268p.
- DA MATTA, D., LALL, S. V. WANG, H. G.; *Favelas e dinâmicas das cidades brasileiras*. In: Organizadores Carvalho, A. X. Y.; Oliveira, C. W. A.; Mota, J. A.; Piancastarelli, M. *Ensaios de economia regional e urbana*. Brasília: Ipea, 2007. p.49-64.

DURAND, J. C. Prefácio. In PINTAUDI, S. M.; FRUGÓLI, H. (Orgs). *Shopping Centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992. p. 7.

FELTRAN, G. S.; *Desvelar a política da periferia. Histórias de movimentos sociais em São Paulo*. SÃO PAULO. ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS. FAPESP. SÃO PAULO, 2005. 386p.

GRAHAM, S.; *O Bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar*. In Kajiki, A. Y.; Renzo, A.; Catapano, G.; Marcatti, I.; Jinkings, I.; Doria, K.; Campos, L.; Weissenborn, N.; Rimkus, T.; Burani, T.; Bala Perdida: São Paulo, 2015. Carta Maior e Boitempo Editorial. Capítulo 9. 2015 p. 67-74.

GOHN, M. D. G. *Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo*. Caderno CRH. Salvador. v.23. n. 59, p. 267-281. 2010.

INFOCIDADE. *População recenseada e taxas de crescimento município de São Paulo, regiões e distritos municipais 1980, 1991, 2000 e 2010*

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5^a Edição. São Paulo: Editora Centauro, 2015. 142 p.

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. 3º Reimpressão, 2008. Editora UFMG. 1999. 176 p.

LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México. Fundo de Cultura Económica, 2006.

LEMOS, C. B. *O Shopping Center como Espaço Público na Experiência Urbana de Belo Horizonte*. In PINTAUDI, S. M.; FRUGÓLI, H. (Orgs). *Shopping Centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1992. p. 7.

MARX, K., *Capítulo VI inédito de O Capital*. Centauro Editora. São Paulo. 2004. 169 p.

MIÉVILLE, C. *A cidade e a cidade*. Boitempo Editora. São Paulo. 2014. 292 p.

MONTENEGRO, Marina Regitz. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia

Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-25062007-140750. Acesso em: 2017-12-08.

OLIVEIRA, F.; *Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*. In: MOISÉS, J. A. GUILHON-ALBUQUERQUE, J. A. CHAUÍ, M. PINHEIRO, P. S. Dir. CONTRADIÇÕES URBANAS E MOVIMENTOS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1977. p.65.

PEDROSO, R. C. *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo, SP. Associação Editorial Humanitas: FAPES. 2005. 211 p.

PMSP. *Secretaria municipal do desenvolvimento e solidariedade*. SÃO PAULO. PREFEITURA DE SÃO PAULO. 2000.

RIZEK, C. S. *ESTADO, MERCADO E POLÍTICAS URBANAS* (Mimeo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2017.

SANTOS, C. S. *Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica*. In Economía, Sociedad y Territorio, vol. xvii , núm. 55, 2017, 619-646. Disponível em <<https://est.cmq.edu.mx/index.php/est/article/view/754/1293>>

SANTOS, C. S.; *A FRONTEIRA URBANA: Urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil*. São Paulo, SP. PPGH-USP, FAPESP. Editora Anablume. 2015. 361 p.

SANTOS, C. S; *DOS NEGÓCIOS NA CIDADE À CIDADE COMO UM NEGÓCIO: UMA NOVA SORTE DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NO ESPAÇO*. In. CIDADES, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Editora Record. 6ª Edição. Rio de Janeiro. 2001. 174p.

SILVA, J. J. *FAVELAS E FAVALIZAÇÃO EM SÃO PAULO: o caso Paraisópolis*. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia. Área: Territorialidade e Análise Socioambiental. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC\SP. 2016.

SAMPAIO, R. A. *Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: Apontamentos para uma inversão analítica a partir da geografia urbana.* 2011.148 p. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.

SEABRA; O. C. L.; *A INSURREIÇÃO DO USO.* In: MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. EDITORA HUCITEC. São Paulo. 1996. 71-86.

SEABRA; O. C. L.; *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.* 1987. Tese em Geografia. Departamento de Geografia - USP. 2001. Disponível em <<http://pos.fflch.usp.br/node/41437>>

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO. ZEIS no PDE 2014 Lei 16.050
de 31 de julho de 2014. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamentos/zeisplanodiretor.pdf>>

PIKETTY, T. *O CAPITAL: no século XXI.* Rio de Janeiro. Editora Íntrinseca. 2014. 669 p.
PREFEITURA SP. Subprefeitura Pinheiros. *HISTÓRICO.* Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pinheiros/historico/index.php?p=472>>. Acesso em 12/11/2016.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas Metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. (Org.) *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.* São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-20.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V; *Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito.* Estud. av. [online]. 2007, vol.21, n.61, pp.173-191.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. *Bibliotecas comunitárias contra o analfabetismo funcional.* Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais. 2010. Acesso em 10\09\2017. Disponível em <<http://www.ufjf.br/ladem/2010/06/26/bibliotecas-comunitarias-contra-o-analfabetismo-funcional/>>

- WACQUANT, L.; *As duas faces do gueto*. São Paulo, SP. Editora Boitempo. 2008. 156 p.
- WACQUANT, L.; *Parias Urbanos: Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Manantial. Buenos Aires, 2001. p.204.
- ZIBECHI, R.. Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Consequência Editora. Rio de Janeiro. 2015. p. 173.

9. HEMEROTECA

AMBROSIO, Marco. JHSF vende um terço do shopping Cidade Jardim por R\$ 410 milhões. Mercado. Folha de São Paulo. São Paulo. 10 de novembro de 2016. Acesso em 19\09\2017. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1831330-jhsf-vende-um-terco-do-shopping-cidade-jardim-por-r-410-milhoes.shtml>>

CORREIO FORENSE. Justiça concede usucapião especial coletiva a moradores do Jardim Panorama. Jusbrasil. 9 de setembro de 2017. Acesso em 19\09\2017. Disponível em <<https://correio-forense.jusbrasil.com.br/noticias/496927387/justica-concede-usucapiao-especial-coletiva-a-moradores-do-jardim-panorama>>

CAPRIGLIONE, Laura. *Empreiteira de luxo paga para morador deixar favela vizinha*. Folha de São Paulo. 16 de outubro de 2012. Acesso em 22/11/2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/72265-empreiteira-de-luxo-paga-para-morador-deixar-favela-vizinha.shtml>>

QUINTÃO, Chiara. JHSF investiu R\$ 250 mi em shopping na zona sul de SP. Geral. Estado de São Paulo. São Paulo. 31 de maio de 2008. Acesso em 19\09\2017. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jhsf-investiu-r-250-mi-em-shopping-na-zona-sul-de-sp,181870><

SAMPAIO, Paulo. *Projeto de luxo causa protesto de favela*. Folha de São Paulo. Cotidiano. 25 de maio de 2006. Acesso em 22/11/2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2505200626.htm>>

REPÓRTER BRASIL. *Manifesto dos moradores do Jardim Panorama*. 2006. Acesso em <<http://reporterbrasil.org.br/2006/05/manifesto-da-comunidade-jardim-panorama/>>

RODRIGUES, Alan. *Um alvo visado demais*. Revista Istoé. Brasil. São Paulo. 11 de junho de 2010. Atualizado em 21/01/2016. Acesso em 23/11/2016. Disponível em <<http://istoe.com.br/79758 UM+ALVO+VISADO+DEMAIS/>>

TAKADA, Paula. MOTOKI, Carolina. *Favela protesta em lançamento de condomínio bilionário*. Repórter Brasil. 25 de maio de 2006. Acesso em 23/11/2016. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2006/05/favela-protesta-em-lancamento-de-condominio-bilionario/>>

TAKADA, Paula. Jovens lançam projetos para favela ilhada em região rica de São Paulo. Repórter Brasil. 24 de outubro de 2006. Acesso em 19/09/2017. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2006/10/jovens-lancam-projetos-para-favela-ilhada-em-regiao-rica-de-sao-paulo/>>

OLIVEIRA, André. *A favela do Parque Cidade Jardim: Uma metáfora da São Paulo moderna*. El País, São Paulo, 25 de Janeiro de 2015. Urbanismo. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/20/politica/1453318772_454529.html>. Acesso em 7 de março. 2016.

ANEXO 1 – Referência para trabalho de campo

Após o primeiro campo de reconhecimento uma metodologia de campo foi pensada durante as reuniões de orientação:

O eixo de pesquisa no campo oscila entre três momentos, ou três perguntas: “Ficar ali?”; “Como sentem a ameaça?” e “Qual é a ameaça?”. Respectivamente, esse movimento tenta capturar na fala alguns aspectos da subjetividade que envolve identidade - qual a ligação dessas pessoas com o local, sabendo que se trata de um local ocupado desde a década de 50, o que aponta para a importância do conhecimento da história de ocupação - e se essa identidade se reafirma essencialmente pela *necessidade*; os momentos de constrangimento e violência dado a forma brutal como se desenrola a relação Complexo Cidade Jardim com a Favela, levando em conta a onipresença da especulação imobiliária na vida das pessoas, e por fim a identificação dessa ameaça através da localização dos aspectos observados na atual relação centro-periferia que se desenrola na metrópole de São Paulo. Através do universo idílico revelado pelas concepções de direito à cidade, acesso e desigualdade, a estratégia consiste em localizar como seria a ideia de vida plena na cidade, a partir do cotidiano, e de justiça social - e a partir disso construir as questões sobre o “objeto virtual” proposto por Lefebvre como uma “utopia experimental”.

Em paralelo a observação da morfologia das relações espaciais que se reafirmam no local: como a presença dos restaurantes na “entrada” da favela, a presença do campinho de futebol society novo entregue por um político e os “locais de transição”, principalmente nas bordas superiores e inferiores da favela, que marcam a diferença crucial entre “asfalto” e “ocupação”. Conversar com os donos dos restaurantes sobre a história da demanda de alimentação criada pelos trabalhadores do Complexo Cidade Jardim que preferem almoçar na favela tentando compreender o diferencial econômico na região. Também investigar os aspectos do urbanismo militar como parte de uma nova onda de constrangimentos que o grande capital passa a utilizar com mais frequência nessa etapa de urbanização e aprofundamento das desigualdades e que revela, de acordo com Stephem Graham, uma

dinâmica global de intensificação da violência e do Estado de Sítio. Através dos contatos na União dos Moradores - procurar pessoas chave na história da favela, moradores mais antigos, lideranças políticas, movimentos presentes. Realizar as conversas de forma apenas condutora: pescando os assuntos e anotando ou gravando. Tirar fotos dos "extremos" da favela, zonas de transição e locais.